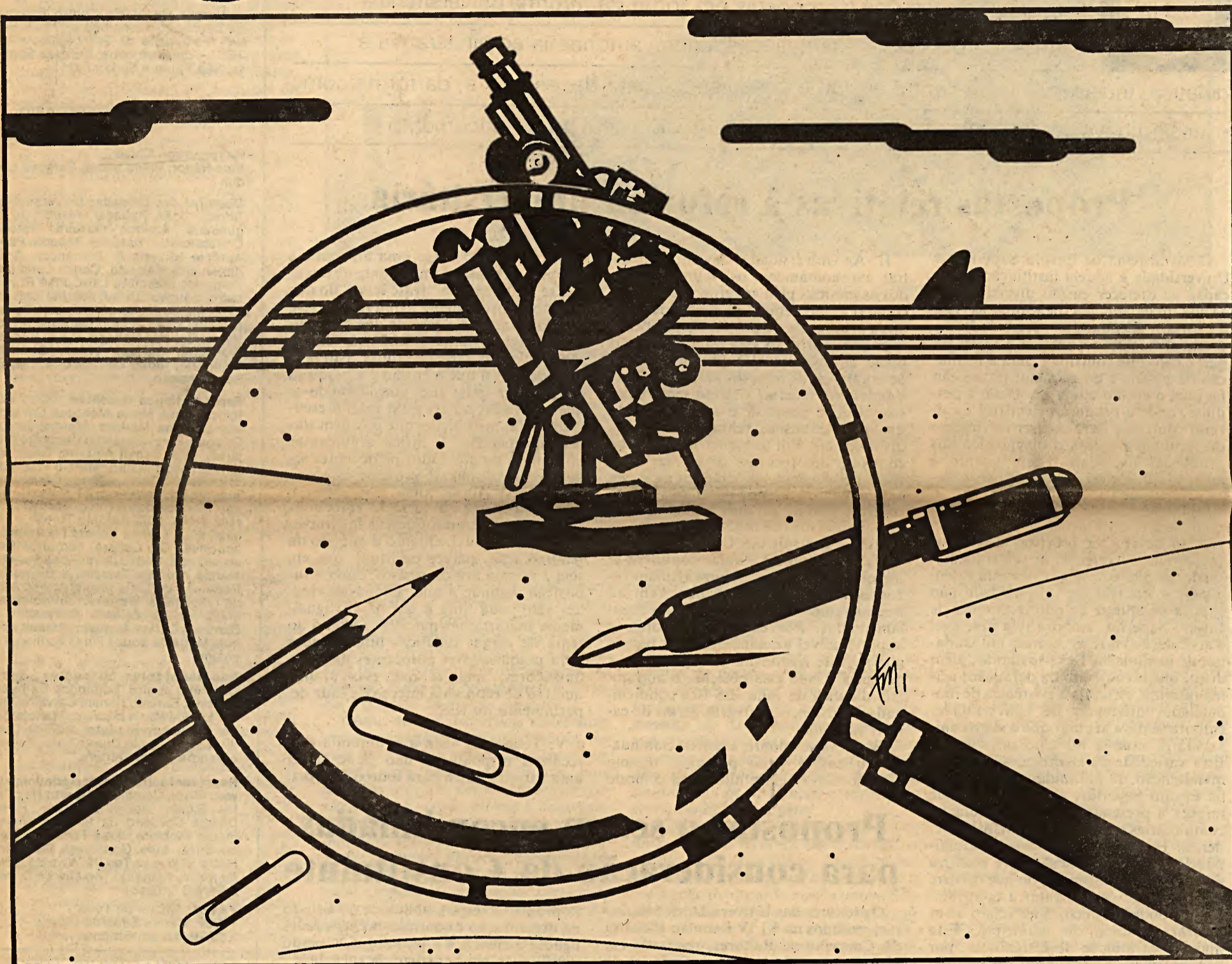


Jornal da

unesp

Universidade Estadual Paulista
Março/1987
Ano II — nº 13



AVALIAÇÃO DA UNIVERSIDADE

(págs. 3, 4 e 5)

E mais, nesta edição: a criação da Fundunesp; a incorporação do IFT; os novos conceitos da Capes; e entrevista com o reitor Jorge Nagle.



Conselho de Reitores faz propostas para reforma universitária e Constituinte



Entre os dias dois e cinco de fevereiro foi realizada em Fortaleza, Ceará, a 44.^a Reunião Plenária do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras. Na pauta, discussões e propostas em torno da reforma universitária — pluralidade do sistema de ensino superior, autonomia administrativa e didática, indissociabilidade entre ensino e pesquisa, carreira docente — e da forma como o ensino deve ser inserido na nova Constituição. Aqui, a íntegra do documento.

Propostas relativas à reforma universitária

I. No Sistema de Ensino Superior, a Universidade é aquela instituição que é capaz de oferecer ensino diversificado, de alta qualidade, aberta a todas as classes sociais, adequada às necessidades do desenvolvimento econômico e social do país e capaz de contribuir para a formação da pessoa e do cidadão; instituição na qual o ensino esteja associado à pesquisa, onde a produção científica e cultural contribua para o desenvolvimento da tecnologia e para o diagnóstico dos problemas nacionais. Neste quadro é possível e desejável que se persiga modelos diversos de Universidade, mas que se atinja sempre níveis superiores de qualidade; isto é, instituições de ensino superior só devem ser previstas desde que preservem a excelência de seu trabalho, qualquer que este seja. Com esta orientação, o modelo de Universidade não precisa se aplicar a todo o Sistema de Ensino Superior, embora seja desejável a articulação entre as diversas modalidades de instituição. Deve-se anotar, além disso, que o conteúdo da definição, acima referida, estimula a existência de modalidades diferentes de Universidade, embora se deva afirmar que o *status* universitário situa-se no topo do sistema. Esta variedade de instituições facilita a manutenção da pluralidade do Sistema de Ensino Superior, nada havendo que impeça a presença de IES particulares, comunitárias, estaduais, municipais e federais. Há, no entanto, hoje, predominância do setor particular que provoca desequilíbrio no Sistema, do que decorre a necessidade de aumentar a contribuição do poder público, quer seja o setor federal, estadual ou municipal. Esta maior contribuição deve significar, por consequência, a ampliação do número de vagas no sistema público e gratuito, para beneficiar as camadas menos favorecidas economicamente, sem prejuízo, no entanto, da qualidade do ensino. Bem observadas essas indicações, o Sistema de Ensino Superior precisa ser orçamentariamente contemplado, uma vez que os recursos hoje alocados são considerados insuficientes, mesmo para atender o estado atual. Assim sendo, o limite dos recursos precisam ser elevados, bem como torna-se necessário o estabelecimento de articulação do governo federal, estadual e municipal, com o objetivo de integrar não só recursos como sua atuação, hoje dispersos entre estes poderes.

II. As Universidades devem administrar autonomamente os recursos alocados às mesmas pelo governo federal, excluindo evidentemente aqueles destinados a programas ou projetos específicos, cuja administração está estabelecida no plano de aplicação. O governo federal deve garantir os recursos para as Universidades não federais visando sempre desenvolver a pesquisa e a melhoria da qualidade de ensino, reduzindo as atuais disparidades. Em qualquer hipótese, os controles dos recursos devem ser mais eficientes e menos burocráticos para que haja maximização dos benefícios. Neste controle deve-se garantir a participação da comunidade nos órgãos colegiados de decisão e controle das Universidades.

III. No momento atual considera-se importante que os diplomas tenham reconhecimento nacional e permitam ao mesmo tempo o acesso às carreiras regulamentadas. Por este motivo torna-se imprescindível a manutenção de padrões mínimos de qualidade para o ensino e pesquisa. Dada essa posição, a autonomia didática de cada IES fica condicionada à existência de regras gerais de caráter nacional.

IV. Deve-se admitir a indissociabilidade do ensino e da pesquisa, mesmo quando não esteja muito claro o modo

desta associação entre uma atividade e outra. Neste caso, é importante observar que se trata mais de "frase feita" do que relação rigorosamente explicitada. Nem se pode esquecer o fato de que as qualidades exigidas para o ensino nem sempre são as mesmas para a pesquisa. Isto posto, é desejável que o ensino e a pesquisa ocorram em todas IES, considerando-se que tal exigência deve estar mais presente naquelas instituições que possuem *status* universitário. É difícil argumentar no sentido de que todos os docentes sejam simultaneamente professores e pesquisadores. Ainda sobre esse aspecto, considera-se que a associação entre ensino e pesquisa é mais questão institucional que individual. Quanto à questão da remuneração, parece oportuno que ela seja a mesma nos dois casos, dada a suposição segundo a qual as duas atividades são; cada uma a seu modo, igualmente importantes nas IES. Quanto ao tema de cargas didáticas diferenciadas para pesquisadores e docentes não pesquisadores, julga-se que essa é uma questão de economia interna de cada departamento ou IES.

V. Tendo em vista a autonomia e os recursos disponíveis, não pode haver uma carreira única para todo o Sistema.

Propostas a serem encaminhadas para consideração da Constituinte

Os reitores das Universidades brasileiras, reunidos na XLIV Reunião Plenária do Conselho de Reitores, realizada em Fortaleza — CE, de 2 a 5 de fevereiro de 1987, expressam sua convicção de que a Constituição deva fixar apenas princípios gerais em torno da questão do ensino, em todos os seus níveis. Entre os princípios gerais, consideram indispensável figurar na Constituição:

1. A obrigatoriedade do ensino de no mínimo oito anos, no primeiro grau, garantido pelo Estado e por ele oferecido.
2. A obrigatoriedade de o Estado oferecer e manter ensino gratuito de 2.^o e do 3.^o graus, sem exclusividade.
3. A manutenção do direito da livre iniciativa atuar em qualquer grau do ensino, dentro das limitações impostas pela lei.
4. A necessidade de figurar em capítulo

o próprio a responsabilidade do Estado na organização e controle das atividades ligadas à ciência e à tecnologia, visando à utilização em benefício da sociedade.

Consideram também que, questões importantes como a da autonomia da Universidade, da indissociabilidade entre o ensino e a pesquisa, do acesso ao ensino superior, do provimento de cargos na carreira do magistério, não devem figurar na Constituição mas serem objeto de leis ordinárias.

Consideram ainda que será relevante que a Constituição fixe, no seu preâmbulo, o compromisso com a mudança social e a modificação da sociedade, de modo a proporcionar a base constitucional necessária para a fixação de uma política progressista para o ensino e para as aplicações e o desenvolvimento da ciência e da tecnologia.

unesp

Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"
Reitoria: Praça da Sé, 108 — Cep 01001 — São Paulo, SP.

Campus Universitários: Araçatuba, Araraquara, Assis, Botucatu, Franca, Guaratinguetá, Ilha Solteira, Jaboticabal, Marília, Presidente Prudente, Rio Claro, São José dos Campos, São José do Rio Preto e São Paulo.

Autarquia vinculada: Centro Estadual de Educação Tecnológica "Paula Souza" (Faculdade de Tecnologia — FA-TEC — de Americana, Baixada Santista, São Paulo e Sorocaba).

CONSELHO UNIVERSITÁRIO

Reitor: Jorge Nagle
Vice-Reitor: Paulo Milton Barbosa Landim

Diretores das Unidades Universitárias: Alfredo João Rabaçal, Alvanir de Figueiredo, Amilton Ferreira, Antônio Christofoiatti, Antônio Espada Filho, Antônio Gilberto F. Fernandes, Antônio Quelce Salgado, Carlos Landucci, Fernando Mesquita Lara, José Ruy Ribeiro, Lourival Larini, Manoel Lelo Belotto, Marcos Alegre, Neivo Luiz Zorzeto, Nilo Odália, Ricardo Antônio Arruda Veiga, Roberto Holland, Sívio Simões, Waldemar Saffioti, Waldir Gandolfi, Wanderley José de Mello e William Saad Hossne.

Representantes docentes: Jehud Bortolozzi, José Maria Menezes Campos, Manoel Dias Martins, Manoel Molina Ortega e Percy Sampaio Camargo (titulares); Erler Schall Amorim, Gildo Mathews, Ivaldo Melito, Márcio R.G. Karchembuck e Teresa Correa Cariola (adjuntos); Carlos Erivany Fantinati, Gerson Munhoz dos Santos, José Guimarães Mello, Luís Antônio Toledo e Manoel Vitor Franco Lemos (assistentes doutores); Dib Gebara, Fernando Dagnoni Prado, Hamilton da Rosa Ferreira, Márcio Antônio Teixeira e Reynuncio Napoleão de Lima (assistentes); Alfredo Alcântara Barreto, Antonio Kimaid, Arlêta Zelante Maryssael de Campos, Carlos Augusto Moraes e Ronele Maria de Souza Pina (auxiliares de ensino).

Representantes discentes: Bento Guerreiro Júnior, Domingos Carnesca Neto, Ernesto Kenshi Carvalho Maeda, Eunice Maria Maziero, Francis Werner Raimundo Staduto, João de Castilho Cação, Paulo Duarte Leite Prigenzi e Sandra Maria Ferreira.

Representantes técnico-administrativos: Aírton Camplesi, Alberto Ney Freitas Simas, Benedito Carlos Piveta, Djalma Cordeiro da Silva, Francisco Inácio Pinheiro, José Firmino Pereira da Silva, Luís Gonçalves Rodrigues, Mário Yukiyasu Teruya, Nivaldo Edson de Mello, Reinaldo Teixeira de Oliveira e Sérgio Grosso.

FAESP: Misael De Túlio
FIESP: Carlos Eduardo Uchoa
FCESP: Abram Szajman

Este jornal, órgão da Reitoria da UNESP, é elaborado pela Assessoria de Comunicação e Cultura. Endereço: Praça da Sé, 108, 4.^o andar — 01001 — São Paulo, SP. Telefone (011) 32-7171 (ramais 184 e 186) e 32-7755.

Coordenador: Marco Aurélio Nogueira.
Setor de Comunicação: José Roberto Ferreira (MT 17.039, editor), Adrlana Machado (MT 16.837) e Katia Saisi (MT 15.918).

Arte: Magazine Comunicação
Tiragem: 15.500 exemplares

Composição e impressão: Cia. Editora Joruês. Rua Artur de Azevedo, 1977 (Pinheiros) — São Paulo, SP.
A reprodução de artigos, reportagens ou notícias é permitida, desde que citada a fonte.

Avaliação da universidade e política de ensino superior

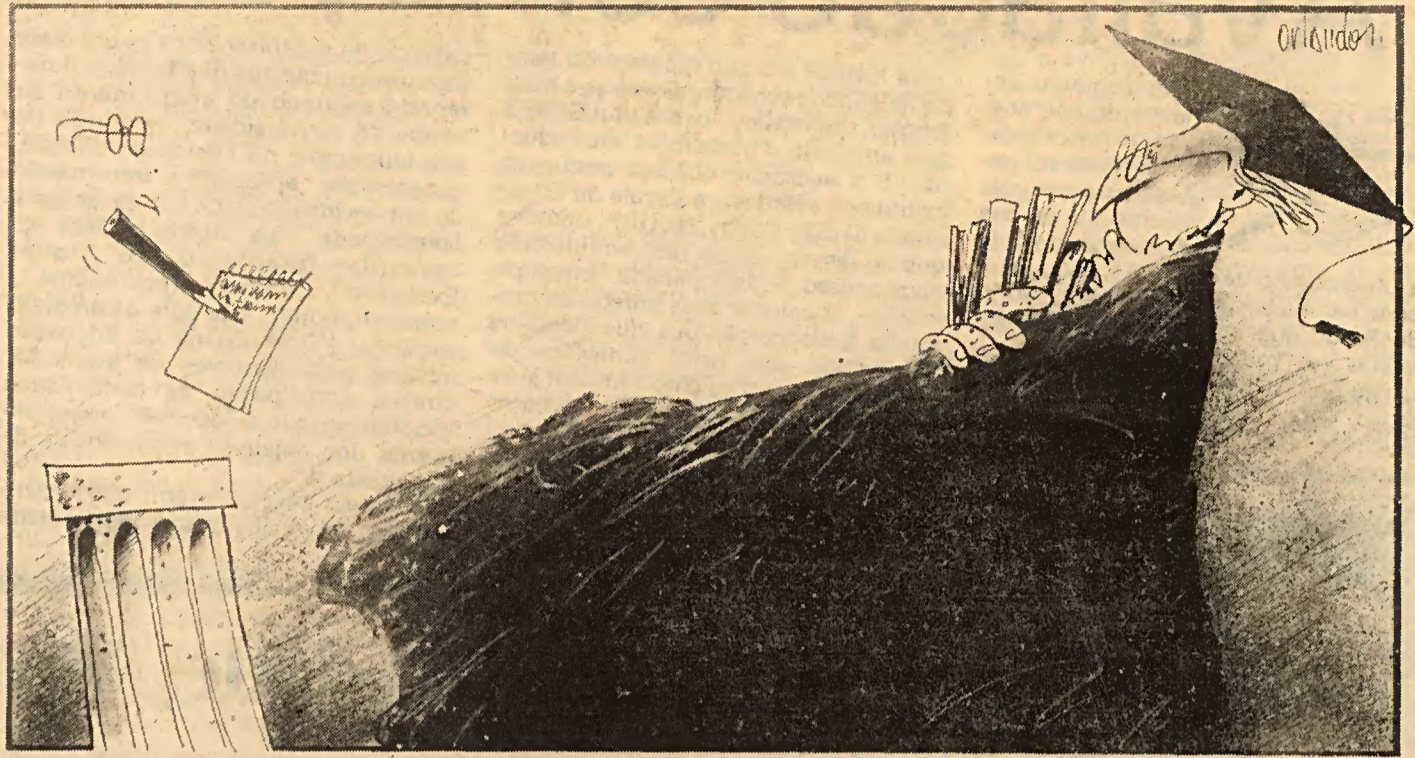
Em fins do ano passado, os meios universitários foram sacudidos pela divulgação de um estudo preliminar de reforma do ensino superior federal, conhecido como "projeto GERES". A reação mais forte da comunidade universitária foi contra a proposta de se iniciar um processo permanente de avaliação do ensino superior. Particularmente contrárias ao anteprojeto se manifestaram as instituições privadas de ensino superior e a maioria das universidades públicas federais. Em defesa do projeto, embora com críticas procedentes a algumas de suas propostas, saíram-se as três universidades estaduais de São Paulo e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, através da Comissão de Estudos da SBPC sobre a Universidade.

Embora o projeto tenha sido apresentado como uma proposta de reforma das universidades federais, ele assume um significado mais amplo na medida em que envolve a própria concepção de universidade e propõe alterações de relevo nas formas de controle exercidas pelo Estado sobre o ensino superior. Em outros termos: o projeto encerra a formulação de uma ampla política para todo o ensino superior, que freqüentemente tem sido pedida e reclamada nestes últimos anos. Não há, pois, como deixar de aproveitar essa oportunidade ímpar, ainda que se reconheça que alguns aspectos das propostas devem ser revistos e melhorados.

Dois pontos merecem, a nosso ver, especial atenção: a questão da dissociabilidade ou não entre ensino e pesquisa e o problema da avaliação do ensino superior. Esses dois tópicos, aliás, devem ser discutidos, conjuntamente, em qualquer proposta de reforma universitária.

Seni dúvida, as universidades representaram, nas duas últimas décadas, importante papel na luta contra o autoritarismo, quer como baluartes de resistência, quer como centros de crítica ao regime vigente e de pregação do ideário democrático, acabando por participar nas transformações por que passa toda a sociedade brasileira. Não obstante, o ensino superior foi a vítima imediata do descalço a que foi submetido todo o processo cultural e educacional brasileiro e, por consequência, as instituições públicas se viram relegadas a um quase esquecimento, em contrapartida ao estímulo e apoio à criação e proliferação das instituições particulares de ensino superior. O Estado se desobrigava, paulatinamente, da educação superior pública e gratuita, comprometendo, pela desmotivação e insuficiência de apoio, todos os aspectos da atividade acadêmica, desde o cotidiano da docência, pesquisa ou produção científica, até os aspectos estruturais e organizacionais das instituições.

Se tal despreço não chegou a resultar em irremediável desastre, foi certamente graças à obstinação de bom número de docentes das instituições públicas que persistiram em afirmar, em sua prática quotidiana, a indissociabilidade entre ensino e pesquisa. E tal indissociabilidade é que vem marcando fundamentalmente a diferença entre instituições públicas e privadas. Estas últimas pouco ou quase nada representam na produção científica do país, restringindo sua atuação à retransmis-



são de conhecimentos, nem sempre exigindo dos seus docentes a qualificação desejável, muito menos lhes dando as condições para tanto.

Com a aceleração do desenvolvimentocientífico, a partir do século XIX, as Universidades se transformaram também em centros de pesquisa e seu papel fundamental passou a ser não o de transmissão de um saber já constituído mas o de capacitação para a produção de novos conhecimentos. E isso só pode ser atingido se houver uma transmissão crítica do conhecimento, associada à pesquisa, à descoberta, à criação inventiva. No documento da SBPC, intitulado "A Universidade brasileira e o projeto GERES", os autores propõem que a indissociabilidade entre ensino e pesquisa passe a ser o critério básico para o reconhecimento do status de universidade dos estabelecimentos de ensino superior. A utilização de tal critério corresponderia, na prática, a um redirecionamento de toda a política do ensino superior.

Como muitas das atuais universidades não satisfazem essa exigência, devem ser criados planos de desenvolvimento, com prazos delimitados, para que elas atinjam um status universitário pleno. E, como afirma o documento da SBPC, "deve-se começar a considerar que o status universitário não pode ser atribuído burocraticamente nem concedido permanentemente, mas depende sempre de avaliações periódicas que confirmem a indissociabilidade e a qualidade do ensino e da pesquisa".

Chega-se, assim a outro ponto destacado do projeto Geres: o problema da avaliação do ensino superior, sobretudo quando colocado perante a questão da autonomia universitária. Não resta dúvida de que os privilégios e prerrogativas das universidades dizem respeito, basicamente, à autonomia. Pode-se dizer, contudo, que a autonomia universitária, no Brasil, sempre foi mais ilusória que real. A tutela do Estado, que se exerce como um controle do ensino, não tem contemplado, por exemplo, a autonomia didática, que deveria facultar às universidades maior liberdade de formular seus currículos e de organizar suas atividades de ensino. A autono-

mia financeira, por sua vez, é uma questão que se coloca de forma diversa conforme se trate de instituições públicas federais, estaduais ou municipais — autárquicas ou fundacionais — ou estabelecimentos privados. Numa universidade pública, por exemplo, tal autonomia só pode ser alcançada se houver repasse de recursos do Governo suficientes para permitir o atendimento de todos os seus programas; ou pelo menos, o Governo deveria dar competência à Universidade para dispor com liberdade dos itens orçamentários, especialmente quando o rearranjo dos itens se faz necessário em decorrência de projetos específicos que vão ao encontro do desenvolvimento da Universidade. Com respeito à autonomia administrativa, há diretrizes gerais que norteiam toda a organização interna das universidades, que vão desde a estruturação dos departamentos até as formas de gestão e de representação. Tais diretrizes, sem dúvida, oferecem múltiplas alternativas de opção, o que permite às Universidades exercerem sua autonomia; contudo, em muitos aspectos da administração, a autonomia universitária encontra barreiras decorrentes da vinculação a normas do serviço público em geral.

A concessão de maior autonomia às universidades recoloca em discussão o problema do controle do Estado sobre a educação. A esse respeito, é precisa a colocação da questão no documento da SBPC: "Tratando-se de um serviço público necessário para atender às demandas da sociedade, não pode o Estado democrático eximir-se de estabelecer sistemas de controle que garantam a observância dos interesses mais gerais do conjunto dos cidadãos. A proposta do GERES no sentido de substituir os controles burocráticos por um sistema de avaliação que permita o controle "finalístico", representa um enorme avanço em relação à situação atual, abrindo perspectivas de uma atuação do Estado no sentido de promover a pesquisa e garantir a qualidade do ensino".

A questão da avaliação é, pois, o ponto central da proposta do GERES. Embora falte ao projeto a explicitação

clara dos mecanismos e formas de avaliação, a instituição de um sistema avaliatório autônomo e competente se faz necessária e urgente. E para que o sistema de avaliação a ser implantado ganhe credibilidade, alguns princípios básicos devem ser estabelecidos.

Primeiramente, a avaliação institucional deve ser feita por um organismo exterior ao MEC, protegido de ingerências políticas e administrativas. É indispensável que esse organismo seja constituído por comissões de docentes pesquisadores que atuem com total autonomia. A indicação dos componentes dessas comissões merece um cuidado especial, devendo ser objeto de um estudo criterioso a forma de indicação e composição das comissões. Para garantir a legitimidade e credibilidade dos avaliadores, devem ser definidos os mecanismos de consulta à comunidade acadêmica e científica.

Contudo, além dessa avaliação externa deve haver, como contraponto necessário, mecanismos de auto-avaliação, ou seja, cada universidade deve começar, com urgência, a proceder à sua própria avaliação, possibilitando conhecer objetivamente o seu desempenho na docência e na extensão de serviços à comunidade, dimensionar a produção científica de seus docentes e departamentos, aferir a qualidade do ensino ministrado e da formação profissional e intelectual de seus graduandos.

E não se diga que não há nenhuma experiência no Brasil a esse respeito. Os diversos órgãos de apoio à pesquisa já contam com sistemas próprios de avaliação, alguns dos quais, como é o caso da CAPES, têm servido para avaliar as universidades quanto aos cursos de pós-graduação que oferecem. Por que não estender sistemas similares, com as adaptações devidas, à avaliação dos cursos de graduação? Se é verdade que o ensino superior no Brasil está em crise, nada melhor que uma boa avaliação de todos os seus aspectos, para que se tenha um diagnóstico correto de seus males e se dê o tratamento adequado. A boa avaliação é uma das condições necessárias para a efetivação de uma política do ensino superior no país.

Avaliação começa neste mês



No segundo semestre do ano passado a universidade brasileira foi pega de surpresa pela informação de que ela seria submetida a um processo de avaliação. "Ninguém pode ser mais real do que rei", é a tradução do que foram as primeiras respostas ao "projeto GERES", denominação dada ao trabalho do Grupo Executivo para a Reformulação do Ensino Superior, do MEC. O documento, apresentado pelo Grupo já na forma de projeto de lei, "dispõe sobre a natureza jurídica, a organização e o funcionamento dos estabelecimentos federais de ensino superior".

Na medida em que o passar do tempo foi sendo recheado de novas e mais amplas discussões, o projeto GERES teve ampliado o número de seus adeptos. E a avaliação começa com uma instituição estadual, a Escola de Engenharia de São Carlos, da USP, primeira que se dispôs, nessa fase embrionária do processo — denominada "plano piloto" — a colocar seus cursos de graduação à disposição dos questionários preparados por uma comissão do MEC. Outras instituições também já se dispuseram (veja matéria na página ao lado).

"FINALÍSTICO"

O âmago de toda a celeuma está lo-

calizado na organização de quase duas dezenas de palavras que formam o parágrafo segundo do artigo quinto do texto. "A universidade, em razão de sua autonomia no campo da criação, conservação, aplicação e transmissão do conhecimento, e de sua extensão à comunidade, fica sujeita apenas ao controle finalístico do Poder Executivo", anuncia o artigo quinto. O arremate, porém, fica para o parágrafo segundo: "O Ministério da Educação adotará procedimentos de avaliação, com a participação da comunidade acadêmica, que evidenciam o cumprimento dos objetivos institucionais da universidade".

O artigo sexto, porém, deixa claro que "A universidade tem legitimidade

para pleitear em juízo a anulação de qualquer ato que implique violação do disposto nesta Lei ou que obste a realização de seus objetivos". Ou seja, fica claramente aberta a possibilidade de alguma instituição de ensino superior reclamar por vias judiciais se se sentir prejudicada em relação a avaliação ou seus resultados. Mas isso fica para o futuro responder. Por ora, o rei percebeu que poderá ser mais real amanhã do que o é hoje. Basta abrir-se para suas fraquezas, saber reconhecê-las e estar disposto a repará-las; afinal, nenhum rei é perfeito e, para confirmar, basta ver que existem uns melhores do que outros. (Veja matérias nesta e na próxima página, e também o editorial, à pág. 3).

Objetivo é melhorar qualidade, diz Ruy Vieira



O MEC reconhece a complexidade da questão e está consciente de que a universidade precisa passar por uma avaliação, não com o objetivo de punir mas sim para que as falhas do ensino superior sejam sanadas e que a própria universidade tenha indicadores sobre suas deficiências. O raciocínio é do subsecretário de Política de Educação Superior do MEC, professor Ruy Vieira (foto), apresentado durante uma palestra que realizou durante a sessão do Conselho Universitário da UNESP no dia 29 de janeiro último. Atendendo a convite do reitor Jorge Nagle, o professor Ruy Vieira compareceu ao C. O. "para apresentar algumas idéias a respeito desse tema realmente complexo da avaliação" e debater o assunto com os conselheiros.

O professor, de início, enfatizou que "não existe ainda um caminho a ser seguido para a política de avaliação e acompanhamento" e que a idéia é começar através de um plano piloto, do qual nenhuma instituição será forçada a participar: "pretendemos conseguir adeptos que ajudem no desenvolvimento desse processo sob as mais diferentes formas".

QUALIDADE

Para Ruy Vieira, "a problemática da avaliação está intimamente ligada à problemática da qualidade". E que a qualidade só pode ser mensurada através de critérios objetivos e não subjetivos. Para ilustrar, ele se baseia em exemplos pessoais, garantindo que os cursos em que deu aula melhoraram nos últimos anos; contrapõe, porém, que "esta afirmação está desprovida de dados objetivos que comprovem a melhoria de qualidade dos cursos". Além disso, acrescenta, "continua havendo problemas, que devem ser detectados e equacionados para poderem ser solucionados. O objetivo da avaliação e do acompanhamento é exatamente este".

E mais: "Quando se fala em avaliação e acompanhamento — acentua Ruy Vieira — já se tem uma idéia, diria, dinâmica. Não é simplesmente avaliar um quadro atual e esquecer o problema. É um processo contínuo de avaliações que



vão sendo comparadas. Dessa forma se tem um acompanhamento da situação e, detectando certos fatores que estão influenciando na qualidade de ensino, se poderá atuar de uma forma benéfica para que sejam corrigidos alguns defeitos, para que se procure certos objetivos mais definidos, enfim, para que haja uma melhor integração de todos aqueles que estão envolvidos no processo em benefício dos resultados do próprio processo".

Assim, os resultados da avaliação serão demorados e, no momento, não se concentram aí as principais preocupações da Subsecretaria de Política de Educação Superior do MEC. O mais importante agora é a descoberta dos esquemas para que a avaliação seja feita de maneira eficaz e consequente. Para tanto, o professor Ruy Vieira se apoia, por analogia, no Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Controle de Qualidade, desenvolvido pelo Ministério da Indústria e Comércio. Engenheiro, ele justifica que vai buscar o exemplo do SNMNQI "por distorção profissional", e esclarece que "jamais vou querer levar para o processo educacional certas metodologias da engenharia".

Para Ruy Vieira, é fundamental — assim como na indústria em relação aos seus produtos — que o sistema de ensino tenha também instrumentos que meçam. No caso da avaliação, os questionários

que serão respondidos por alunos, professores, chefes de departamento etc. Chegar a esses instrumentos, segundo Ruy Vieira, "é mais uma tarefa complexa" mas não uma novidade. E cita o caso de questionários que foram distribuídos para alguns centros de educação tecnológica do país visando a uma integração vertical entre ensino de segundo grau com ensino superior. Cita também o caso da Capes em relação à metrologia que desenvolveu para avaliação dos cursos de pós-graduação e a considera "satisfatória, razoável". No entanto, descarta a possibilidade de aplicá-la à graduação dada as características bastante diferentes em relação à pós: "Em 1984 a Capes tentou a aplicação de seu algoritmo, da metodologia que desenvolveu, para avaliação da graduação em várias áreas e a experiência se mostrou desastrosa".

NORMALIZAÇÃO

Considerando a falta de êxito da tentativa da Capes — "pois há certos aspectos na graduação que têm de ser levados em conta" —, Ruy Vieira, ainda dentro da analogia com o sistema industrial, vê "a necessidade de entrarmos no campo da normalização", pois "precisam ser estabelecidas algumas normas, que são os critérios".

Assim como a metrologia, a normalização também existe em vários setores e

órgãos da administração educacional. As normas estabelecidas pelo Conselho Federal de Educação para o credenciamento de cursos de pós-graduação ou as seguidas por uma universidade para abertura de novos cursos são algumas observadas pelo professor Ruy Vieira.

"Podemos, evidentemente, questionar a validade ou não, tanto dos instrumentos como das normas, mas eles existem", enfatiza. E completa: "Então, vejam bem, com relação a metrologia e normalização há, sem dúvida, uma certa experiência, diria, até certo ponto incipiente mas pelo menos não se parte do zero. O que realmente falta é o final do sistema cuja sigla mencionei — SNMNQI —, falta o controle de qualidade".

É considerando esse aspecto, segundo Ruy Vieira, que a avaliação do MEC poderá provocar resultados positivos para o sistema de ensino superior do país, ao contrário do que ocorre hoje. "Estão sendo apresentadas propostas, estão sendo levantados problemas, mas será que as chamadas autoridades estão tomando alguma iniciativa? Os responsáveis pelo ensino e pela pesquisa, estão tomando conhecimento dos levantamentos existentes e propondo ações que venham superar as dificuldades?" A negação a essas interrogações são, para ele, "o ponto de grande deficiência do que existe atualmente". E, segundo revelou, a idéia é que, ao ser conduzido um processo de avaliação no âmbito da Secretaria de Educação Superior do MEC, "se possa não só induzir mas proporcionar bases sólidas para modificações que se fazem sentir e que, muitas vezes, estão aí, demorando anos para realmente serem executadas".

Modificar a legislação; delimitar a abrangência da atuação, especialmente quando maléfica, dos órgãos federais nos demais órgãos, como a universidade que tem sua autonomia; "questionar tudo isso e começar propor medidas que possam se tornar realidade em benefício do todo", são objetivos da avaliação, segundo afirmação de Ruy Vieira. Que tem esperanças de que o "produto final seja de real valor", desde que "haja continuidade do processo; que este seja aberto, com participação dos interessados, ganhando adeptos e cada um encarando a avaliação sob óticas distintas".

Plano piloto já conta em quatro instituições



A elaboração do "plano piloto" está sendo possível em função de quatro instituições que se dispuseram, neste início do programa, a dar sua colaboração — em outras palavras, abrir as portas para que as comissões especiais do MEC possam aplicar questionários junto a alunos, professores, chefes de departamento e diretores. Essas instituições são a Escola de Engenharia de São Carlos, da USP, as universidades federais de Santa Catarina e Rio Grande do Sul e a Escola de Engenharia de Itajubá (MG).

Os cursos a serem avaliados refletem o nível de preparo do MEC nesta fase inicial do processo: em primeiro lugar, Engenharia; depois, Medicina e Odontologia. Ao todo, o Ministério conta atualmente com onze comissões especiais, incluindo aquelas três que estão em fase mais adiantada em termos da metrologia a que se referiu o professor Ruy Vieira (veja matéria na página anterior): Ciências Agrárias, Arquitetura, Economia, Enfermagem, Comunicação Social, Educação Física, Informática e Administração.

As comissões especiais — integrada, cada uma, por volta de oito a dez pessoas, com mandato de dois anos — existem desde o início dos anos setenta. Suas atribuições não são fixas, sendo alteradas conforme o que se pretende num determinado momento.

AVALIAÇÃO DA AVALIAÇÃO

Nos últimos meses, a Subsecretaria de Política de Educação Superior se preocupou em montar os questionários, levando em consideração aspectos como tipo de instituição (isolada; ou se fizer parte de uma universidade esta ser multicampus ou unicampus) ou se o curso de graduação é ou não associado a um curso correspondente de pós-graduação.

Aplicados os questionários pela comissão de especialistas, os resultados serão analisados e, além disso, a própria avaliação será avaliada. Se for aprovada, tudo bem; se não, deverão ser feitas as modificações correspondentes para, em seguida, se aplicar os questionários revisados em outras instituições ou até mesmo naquelas primeiras que serviram de cobaia. Uma vez vencida esta nova fase, o MEC deverá analisar os resultados da maneira mais ampla possível para, então, aumentar a abrangência do processo. O plano piloto terá terminado e a avaliação começará efetivamente.

Melhorar currículos, aperfeiçoar a formação dos docentes, modificar programas, rejeitar ou recomendar certos métodos, decidir sobre a expansão (laboratórios, equipamentos, salas de aula etc), orientação e aconselhamento do corpo discente quanto a escolha da carreira — são alguns exemplos de possíveis interferências que o processo proporcionará. Por ora não se fala em atribuição de conceitos aos cursos (A, B, C, D — como faz a Capes), mas isso será inevitável. O mesmo ocorre em relação a alocação de recursos, no sentido de aprimorar ainda mais os bons cursos e/ou ajudar a melhorar os que tenham deficiências.

PROGRESSO

De quando foi anunciada publicamen-

te, até o momento presente em que é dado o seu primeiro passo, a questão da avaliação vem passando por um processo permanente de debate. As reações — contrárias — iniciais foram sendo substituídas pela ampliação da discussão e novos aspectos positivos levantados passaram praticamente a exigir a implantação de um sistema que vise a melhoria da graduação no país.

Em outubro do ano passado, a subsecretaria de Política de Educação realizou um seminário para debater os planos de avaliação. Na ocasião, o subsecretário Rui Vieira, disse que os critérios serão definidos "de baixo para cima", em cada área do conhecimento, pelas comissões de especialistas. Ainda nesse seminário, o representante do Grupo Executivo para a Reformulação do Ensino Superior (GERES), Sérgio Costa Ribeiro, afirmou que a avaliação deverá contar com a participação das universidades, que farão sua própria autocritica, sem dispensar "algum grau de comparação entre as instituições, na mesma área do conhecimento".

Para Sérgio Costa Ribeiro, a avaliação dos cursos deverá ser feita de forma progressiva e "não impositiva", para não despertar reações contrárias da comunidade universitária.

Em entrevista concedida ao jornal "Correio Braziliense", o ministro Jorge Bornhausen disse acreditar que um dos motivos que o anteprojeto da Reforma do Ensino Superior Federal elaborado pelo GERES foi contestado pela comunidade universitária e que acabou não sendo enviado ao Congresso Nacional no ano passado, foi a idéia de instalar um processo de avaliação permanente do ensino de graduação. Para o ministro, há uma forte reação à avaliação, porém "o sistema superior não tomará rumo correto sem uma fiscalização", e conclui: "não há como fazer medicação efetiva sem diagnóstico".

Sempre que interrogado sobre a avaliação, o ministro Bornhausen lembra que a pós-graduação tem uma qualidade muito superior à graduação no Brasil. Segundo o ministro, isto se dá em boa medida porque há a avaliação feita pela Capes, e ela é respeitada em todo o mundo acadêmico: "o que se espera é que o mesmo procedimento exista em torno da graduação. O exemplo da Capes serve para demonstrar quanto é oportuno um sistema de avaliação", afirma o ministro.

O reitor da Universidade Federal de Santa Catarina e novo presidente do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (Crub), Rodolfo Joaquim Pinto da Luz, defende a avaliação do ensino superior, mas considera que o Ministério da Educação, no momento, não tem condições de realizá-la, devendo antes desenvolver e aperfeiçoar metodologias para isso. Segundo Pinto da Luz, se os resultados da avaliação forem concentradores de recursos, o sistema será prejudicial. "Se quando forem detectadas deficiências em algumas instituições pela avaliação, o governo ajudá-las, assim o processo é apropriado", afirmou em recente entrevista à Folha de São Paulo.

HÁ CONSENSO

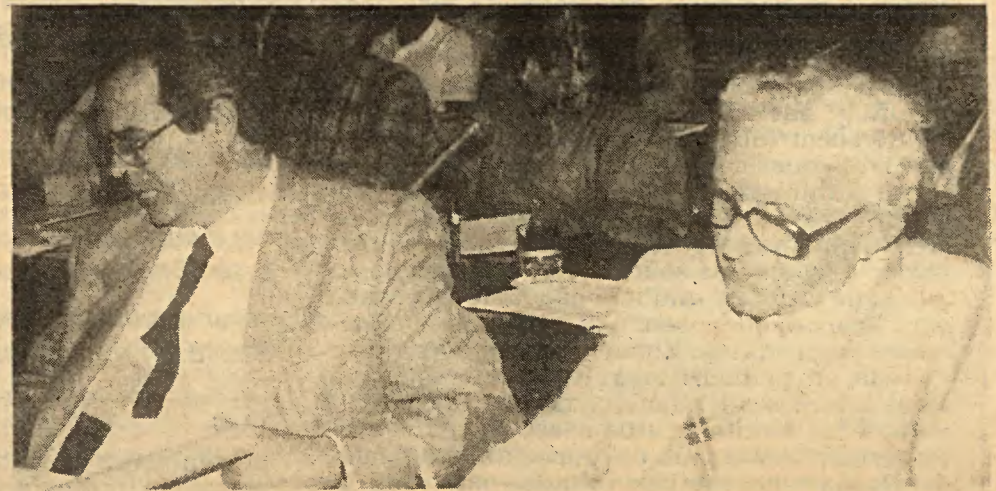
Um outro seminário promovido recentemente pela Folha de São Paulo, reuniu em seu auditório seis representa-

tes de universidades públicas, instituições de pesquisa, MEC e Andes, onde, por unanimidade, a avaliação da produção científica e da qualidade do ensino das universidades brasileiras foi defendida.

Porém, houve controvérsias sobre quem fará esta avaliação e quais os critérios que deverão norteá-la. Para uns, a avaliação não pode ser feita por uma instituição pública, porque visa ao controle do Estado sobre a universidade. No entanto, para o físico Rogério C. Cerqueira Leite, da UNICAMP, "o que importa é a qualidade do órgão que vai fa-

zer a avaliação, independente dele pertencer ao Estado ou ser do setor privado". A preocupação maior por parte de todos os presentes, foi que pode haver dentro das instituições, no momento da avaliação, uma manifestação do corporativismo. Por isso, Flávio Fava de Moraes, diretor científico da Fapesp, acredita que "o comportamento na avaliação é mais aberto quando se trata de um órgão externo à instituição".

O coordenador da Capes, Edson Machado, disse no seminário, que a entidade tem, até agora, apenas a vontade política de promover a avaliação da Universidade.



Membros do CO aprovam iniciativa



Durante a palestra do professor Ruy Vieira, o "Jornal da UNESP" realizou uma enquete junto aos membros do C.O. a respeito da avaliação. No total, 23 questionários foram respondidos — onze de docentes, oito de diretores, dois de alunos e dois de funcionários. "Qual a sua posição quanto a avaliação da universidade? a favor; contra; em termos. Por quê?" e "Como o senhor vê a maneira com que os órgãos que coordenam a política de ensino superior no país estão conduzindo essa proposta de avaliar o desempenho da universidade?" foram as perguntas apresentadas.

A maioria dos entrevistados — quinze — se posiciona a favor da avaliação da universidade pois "é um importante instrumento para o aprimoramento das funções da universidade, ou seja, do ensino, da pesquisa e da extensão; e que leva à melhoria da qualidade de seus cursos e produtos", justifica o prof. Carlos Augusto Moraes e Araujo, do Departamento Básico da FE — campus de Ilha Solteira. O prof. Percy Sampaio Camargo, do Departamento de Patologia da FO — campus de Araçatuba, acrescenta que "a partir da avaliação, será possível rever e pautar rumos para atingir os objetivos propostos pela universidade". O diretor do IPEA — Presidente Prudente, prof. Marcos Alegre, também acha que "a avaliação é extremamente importante", mas ressalva, assim como outros conselheiros, que apenas como "avaliação de qualidade, nunca de quantidade". O prof. Amilton Ferreira, diretor do IB — campus de Rio Claro, levanta ainda o fato de que a "avaliação está associada ao progresso de qualquer atividade" e, além disso, que "os investimentos na universidade são altos demais para que não se tenha idéia se estão sendo bem aplicados".

Para os sete entrevistados que se colocaram "em termos", os problemas da avaliação baseiam-se na valorização quantitativa, ao invés de qualitativa, na falta de clareza e definição dos critérios e métodos — o que le-

va a "resultados que não refletem a produção científica, cultural e tecnológica da instituição", segundo o diretor do ILHP — campus de Assis, prof. Manoel Lelo Bellotto. Além da dificuldade de se homogeneizar a avaliação dentre as várias áreas específicas do conhecimento, como levantou o prof. Alfredo João Rabaçal, diretor do IAP — São Paulo. Já para o prof. José Aluísio Reis de Andrade, vice-diretor do ILCSE, campus de Araraquara, somente funciona e importa a avaliação que é "feita pela comunidade científica".

Contra a avaliação, pesa o argumento do prof. Hamilton R. Pereira, do Departamento de Cirurgia e Ortopedia da FM — campus de Botucatu, de que "a avaliação deve se dar pela sua própria finalidade social. A sociedade promove esta avaliação periodicamente, como por exemplo nos vestibulares, na captação de elementos da universidade, na estruturação do poder do Estado etc. As medidas adotadas pelo Estado para avaliar a universidade não conseguem se igualar à eficácia do interesse social e arriscam-se a emitir (pré) conceitos que acabam cristalizando valores nem sempre corretos no tempo e no espaço".

Com relação à maneira com que os órgãos que coordenam a política de ensino superior no país estão conduzindo a proposta de avaliação do desempenho da universidade (pergunta número dois), as opiniões são muito variadas. Alguns, como o prof. Dib Gebara, do Departamento Básico da FE — campus de Ilha Solteira, acham que está sendo bem encaminhada. Outros vêm com reserva e preocupação pois se limita apenas à avaliação de alguns cursos universitários e não da universidade, como crê o prof. Percy Sampaio Camargo, além de ser "excessivamente centralizada", segundo o prof. Manoel Molina Ortega, do Departamento de Química do IQ — campus de Araraquara. Não ter critérios definidos claramente, e chegando a ser "estritamente cartorial" são as opiniões, respectivamente, dos professores Carlos Erivany Fantinati, do Departamento de Literatura do ILHP — campus de Assis, e Fernando Dagnoni Prado, do Departamento de Física do IGCE — campus de Rio Claro.

Em agosto de 1985, numa entrevista, o senhor disse que pretendia fazer de sua administração o início de uma nova fase da história da UNESP. É notório que a Universidade vive hoje uma situação diferente, mas como o senhor avalia o momento atual quando seu mandato chega na metade?

Todos sabem e entendem o quadro de carências e dificuldades da UNESP, quadro este delineado ao longo dos anos e motivado por interesses de diversas ordens. Muito bem. A questão, então, é armar o arcabouço para que a situação mude: de nada adianta diagnosticar a doença e ter o remédio nas mãos se não soubermos administrar as doses de maneira correta e eficaz. É esse o principal papel desta reitoria: enquanto órgão da administração superior da Universidade, tentar organizar a vida da UNESP de tal modo que o seu conjunto de professores, funcionários e alunos possa efetivamente trabalhar para que a instituição cumpra com suas finalidades da maneira mais eficiente possível. Traduzindo, da perspectiva administrativa, isso significa que trabalhamos no sentido inverso quer da centralização administrativa e do autoritarismo quer do populismo e do clientelismo. Nesta administração o reitor defende suas propostas através de argumentos sólidos e aceita plenamente as propostas também acompanhadas de argumentos sólidos; não há mais hegemonia de grupos e também não há mais espaço para acordos que visem o atendimento de interesses particulares. Esta é uma administração voltada, em primeiro lugar e acima de tudo, para os interesses e objetivos da instituição universitária; a reitoria atua nesse sentido e está de portas abertas para as propostas bem fundamentadas e que estejam voltadas para essa direção. E tudo indica que esta prática está não só se consolidando como também proporcionando bons resultados. De um lado, temos hoje um novo clima universitário, em que a esperança, enquanto abstração, foi substituída pela expectativa e onde novas idéias entram em ebulição e experiências inovadoras começam a ser feitas. De outro lado, a própria Universidade vai ganhando condições para resolver seus problemas mais prementes.

Os problemas parecem ser muitos. Quais o senhor qualifica de mais prementes?

São problemas de duas ordens diferentes, e sobre eles estamos nos empenhando muito. Uma parte, ou uma ordem de problemas se refere à questão material, física. Um novo diálogo mantido com o Governo do Estado, que se mostrou sensível às nossas argumentações, possibilitou iniciarmos o processo de reequipar a Universidade através de mais verbas no nosso orçamento. O orçamento de 1985 foi melhor do que o de 84 e já em 1986 conseguimos fazer com que todos os itens fossem contemplados. Isso significou reformas em prédios e início de novas edificações, compra de mais livros e ampliação do rol de assinatura de periódicos e aquisição de equipamentos para pesquisa. Além do mais, possibilitou a ampliação do quadro docente e técnico-administrativo. Isso, vale dizer, representa um crescimento real da Universidade e ao mesmo tempo são medidas voltadas para a melhoria das condições de trabalho e para a defesa e preservação do ensino público e gratuito, antigas reivindicações da comunidade universitária e que são compromissos desta reitoria.

A outra ordem de problemas se refere às questões institucionais, de fundo político e com base na democracia. Enquanto a comunidade discutia e preparava a proposta para o novo estatuto, a reitoria não ficou de braços cruzados; ao contrário, nos empenhamos em alterar a legislação da Universidade de tal modo que, mesmo sem o novo estatuto, os nossos parâmetros institucionais fossem sendo modificados no sentido de adequar as regras existentes ao novo período que passamos a construir. Assim, as re-

Um sentido mais amplo para a UNESP

Em janeiro último o mandato do reitor Jorge Nagle chegou na metade de seu tempo total que é de quatro anos. Em 1985 e 86 a UNESP pôde começar a experimentar uma situação diferente: de um lado, enquanto a comunidade universitária preparava a sua proposta para o novo estatuto, o Conselho Universitário aprovou várias mudanças de sentido democratizando o estatuto atual, explorando ao máximo os limites determinados pela legislação; de outro lado, antigas reivindicações — como melhoria das condições de trabalho e defesa do ensino público e gratuito — foram assumidas pela Reitoria como compromisso também seu. Assim, não só os órgãos colegiados passaram a ter representação mais ampla, como também foi reiniciado o processo de reaparelhamento da Universidade. Para o professor Jorge Nagle, uma das preocupações básicas da atual reitoria é dotar a UNESP das condições para desenvolver a contento suas finalidades institucionais. "Promover um bom ensino, realizar pesquisas que estejam em dia com a ciência e com as necessidades do homem, levar à comunidade serviços que promovam o seu bem estar", explicita. Mas, para ele, só isso não basta: "A UNESP deve procurar encontrar o seu verdadeiro sentido de universidade". É este o principal assunto desta entrevista com o Reitor.



presentações docente, discente e técnico-administrativa foram ampliadas no Conselho Universitário; eram sete professores e hoje são 25, os alunos passaram de quatro representantes para onze e os funcionários de um para onze. Algumas atribuições que eram do Conselho Universitário passaram para o CEPE e outras que eram deste passaram para as Câmaras. Os livre-docentes e os doutores passarão a ter uma faixa de atuação maior nos órgãos da administração acadêmica. Foi aprovada a participação de representantes dos funcionários nos conselhos de departamento... Além disso, foram tomadas também algumas medidas de conotação mais administrativa, com a transformação do programa de bolsas de estudo reembolsáveis para bolsas de estudo propriamente ditas, sem o retorno do dinheiro; e essa transformação está sendo acompanhada de uma evolução: antes o valor da bolsa, que era determinado aleatoriamente, passou a ser inicialmente de meio salário mínimo e neste ano passa a ser de 75 por cento do salário mínimo. E, ano a ano, a Coordenadoria de Assistência ao Estudante vem aumentando o número de bolsistas: foram 177 em 1984 e neste ano serão 550. Ainda em relação aos alunos, foi criada a monitoria, que representará uma significativa oportunidade para aqueles que pretendem aprofundar seus conhecimentos.

Desconcentração do poder é uma expressão sempre utilizada pelo senhor. Como o reitor executa isso em relação ao seu próprio trabalho?

Desde o começo da atual administração o reitor substituiu as decisões individuais, emanadas de sua própria cabeça, pelas decisões coletivas. Isso através de comissões instituídas com fins específicos. Obras, por exemplo, foi assunto cuidado pela Comissão Central de Obras; informática, pela comissão de informática; fazendas idem, e assim por diante. Ao reitor cabe ponderar sobre o apresentado pela comissão na perspectiva de inserir o assunto dentro do universo de todos os problemas da administração superior. Dentro da reitoria o funcionamento é semelhante: semanalmente o reitor se reúne com os diretores ou coordenadores dos diversos órgãos da administração superior pa-

ra a discussão dos principais assuntos da administração superior. Assim, tanto os assuntos gerais da reitoria como os assuntos específicos de cada órgão são avaliados e discutidos por todos.

O que o senhor acha da proposta de novo estatuto apresentada pela comunidade?

O texto foi entregue ao Conselho Universitário, que é o responsável pela elaboração final do documento. A minha opinião particular é que a proposta apresentada tem um problema que eu não previa acontecer: o texto apresentado segue a mesma ordem e tem o mesmo formato do estatuto atual. A minha expectativa era de que surgissem propostas ou idéias inovadoras, principalmente em relação a aspectos não contemplados no atual estatuto e que efetivamente servissem de instrumento para a construção de uma universidade dos dias de hoje e fortalecendo as características que são particulares da UNESP.

Na medida em que, digamos, a casa está sendo posta em ordem, qual rumo deve tomar a UNESP daqui pra frente?

De um lado as Unidades precisariam recuperar o sentido dos antigos Institutos Isolados, que era o de levar ensino superior público e gratuito de bom nível para o Interior do Estado e instalar núcleos de pesquisa nessa, hoje confirmada, promissora região do país. Resgatar esse sentido original é algo de suma importância não só para reafirmar uma iniciativa que se mostrou correta mas também para viabilizar o crescimento das próprias Unidades ou a expansão dos campus existentes.

De outro lado, a UNESP deve procurar encontrar o seu verdadeiro sentido de universidade, que é o de universidade multicampus. Mais acostumadas a admirar as facilidades do sistema de universidade unicampus, que é predominante no Brasil, as pessoas normalmente tendem a lamentar as dificuldades geradas pelo fato de que a UNESP estar em quatorze diferentes cidades. Essa, no entanto, é uma característica da nossa Universidade e assim precisamos encarar-la; ou seja, ser multicampus não é ruim nem bom, é uma questão de sabermos

trabalhar a UNESP dentro dessa sua característica, termos competência para, em primeiro lugar, fazer das nossas unidades um conjunto efetivo que forme uma única universidade e não uma universidade fragmentada em 21 unidades, e, em segundo lugar sabermos quais são os nossos papéis dentro do universo do qual fazemos parte, que é o Interior do Estado. É inevitável que esse é um grande desafio. Temos que construir uma universidade com uma característica toda especial e sem podermos nos apoiar em modelos consolidados e tradicionais. Creio inclusive que essa "novidade" da UNESP — que gera um certo ceticismo entre seus próprios professores e alunos — dificulta também a própria projeção da nossa Universidade. Afinal, o sistema universitário brasileiro (que conhece já uma certa consolidação) ainda não incorporou plenamente a UNESP, e a imprensa — imprensa que no Brasil é realmente um "quarto poder", tal é o fascínio que exerce sobre todos — ainda guarda muita distância e desconfiança em relação a nós.

Es quais são as medidas que a reitoria está tomando para fazer valer essa maneira de exercer a UNESP?

É bom esclarecer desde já que a reitoria não vai impor nada; estamos apenas — pois acredito ser esse o papel da reitoria — equacionando uma questão que é comum ao conjunto da UNESP e vamos procurar elucidá-la. Se a comunidade da UNESP aceitar e se dispuser a trabalhar nesse sentido, ótimo; estaremos verdadeiramente construindo uma universidade importante para São Paulo e que talvez venha a ser um modelo para outros Estados carentes de um sistema universitário. Quero esclarecer também que não pretendo pautar minha gestão por critérios de marketing ou pela constituição de grupos de pressão junto aos meios de comunicação. Acredito que os méritos da UNESP — os méritos e o trabalho de seus professores, alunos e funcionários especialmente — é que devem ser privilegiados para impulsionar a projeção da nossa universidade. Posturas "mercadológicas" ou de mera propaganda não levam regra geral a nada. Mas isso não significa, entretanto, que devemos nos conformar com o silêncio que cerca a UNESP: não deixa de ser

triste e intrigante vermos certas medidas inovadoras por nós adotadas, às vezes até com relativo pioneirismo (como a adoção da lista tripla para a escolha dos diretores de unidade, por exemplo) serem simplesmente ignoradas pela imprensa, para meses depois aparecerem noticiadas com destaque como "feitos" de outras universidades. Então, a primeira preocupação da reitoria é dar condições para que a UNESP cumpra bem as atribuições que são de sua própria natureza institucional: promover um bom ensino, realizar pesquisas que estejam em dia com a ciência e com as necessidades do homem, levar à comunidade serviços que promovam o seu bem estar. Isso é o mínimo que uma universidade deve fazer e por isso nos empenhamos em dar as condições necessárias: mais professores nos departamentos, mais salas de aula e laboratórios, mais livros e periódicos nas bibliotecas etc. A questão que corre paralela com essa necessidade de reequiparmos a UNESP é a de encontrar um sentido maior para ela. Voltamos, então para a necessidade de termos uma universidade única e não 21 unidades mais ou menos isoladas. Como? Com as unidades trabalhando em conjunto nas áreas em que isso for possível. Para darmos um exemplo que mostra bem o inverso dessa proposta, houve uma época em que alguns cursos foram fechados com a justificativa de que não deveria haver duplicação de esforços; a ótica da atual reitoria é totalmente diferente: os cursos, áreas, departamentos, centros de estudo e pesquisa etc. que tiveram afinidades devem, isso sim, somar os esforços para que alguma coisa mais significativa surja desse trabalho conjunto.

Os simpósios sobre a produção científica, realizados no segundo semestre do ano passado, estiveram voltados para essa preocupação?

Estiveram. Ainda não tenho todos os relatos das comissões organizadoras em mãos mas posso adiantar que os resultados foram favoráveis, com professores de algumas áreas já tomando a iniciativa de trabalharem juntos. Situação mais concreta vem ocorrendo com o pessoal da fazendas de ensino e pesquisa: eles elaboraram o projeto "Produção de Alimentos" e dos trinta sub-projetos apresentados cinco foram iniciados com verbas repassadas pelo Governo do Estado; aliás, fica mais fácil conseguirmos recursos quando se trata de um projeto de peso. De uma maneira geral, é regra desta reitoria tratar as grandes questões da Universidade com a perspectiva de se encontrar soluções para o seu conjunto, a exemplo das construções e da informática.

E a criação de novos cursos?

O tratamento é o mesmo. A partir de um estudo da Câmara Central de Graduação que, indicando as deficiências locais e regionais, procura nortear a abertura de novos cursos. E o assunto não se esgota aí. As Unidades Universitárias poderiam, num primeiro momento, começar a atuar junto aos três graus de ensino ao nível local ou regional. Num segundo momento, com um bom número de unidades fazendo a mesma coisa, elas passariam a trabalhar juntas, trocar experiências, e a UNESP começaria a contribuir para que o Estado de São Paulo passe a contar com adequado sistema de ensino. Perceba que o cruzamento dessas direções — Unidades e Prefeituras, Unidades e Delegacias de Ensino, Unidades e Unidades — vai construindo uma teia em que a UNESP se envolve em si própria e também com o Estado, formando daí um desenho dentro do mapa de São Paulo até então nunca visto. Veja que temos aqui uma mostra favorável e exclusiva de uma

universidade multicampus.

Essa proposta de trabalho em conjunto com as prefeituras e delegacias de ensino, ou seja, um trabalho no Interior, vai ao encontro dos objetivos até agora anunciados pelo futuro governador, Orestes Quéricia, no sentido de promover o próprio Interior de São Paulo.

Realmente a proposta de governo de Orestes Quéricia contempla fortemente o Interior e isso abre uma oportunidade de a UNESP ter também uma participação no que vier a ser feito. No entanto, acredito que uma situação mais palpável por enquanto é a possibilidade de a nossa universidade ajudar as prefeituras na discussão de planos e, por que não?, na elaboração de projetos voltados para as mais diferentes áreas em que temos massa crítica e conhecimentos suficientes para serem transportados para programas municipais e intermunicipais de governo.

Por exemplo?

Trabalhar junto ao sistema municipal de ensino é um exemplo já citado. No entanto, outras áreas podem ser contempladas, como habitação, agricultura, saúde e outras. Aliás, na área de saúde a UNESP já tem uma experiência razoável através da Faculdade de Ciências Farmacêuticas do campus de Araraquara. Lá, o Departamento de Fármacos e Medicamentos produz remédios com matérias primas adquiridas pela Prefeitura, que distribui esses medicamentos em seus postos de saúde. Há também o Laboratório de Análise Clínicas, que atende basicamente pessoas encaminhadas pelos médicos dos postos da Prefeitura. Sabemos também que em Araçatuba a Faculdade de Odontologia tem convênios com a Prefeitura local para atendimentos junto às populações mais carentes. Então, veja, algumas coisas já vêm sendo feitas — que precisariam ser aperfeiçoadas, se for o caso, e ampliadas para uma escala maior, com o status de programa de governo.

O senhor sempre chama a atenção para a necessidade de a UNESP se lançar a projetos de maior peso. Esse seria um caso?

Isso que acabei de falar, junto com aquilo que disse antes, mostra que a UNESP tem opções e que, portanto, ela somente vai continuar como está se as pessoas assim decidirem. Mas para que a UNESP cresça e avance numa determinada direção é preciso que os limites físicos, espaciais de cada Unidade Universitária não sejam também os limites para que os resultados do nosso trabalho sejam sentidos e para circulação das nossas idéias.

A criação da Fundunesp (Fundação para o Desenvolvimento da UNESP) tem esse objetivo?

A Fundação é um instrumento que deverá ter essa finalidade também. A sua característica jurídica permite uma agilidade maior tanto na captação como na distribuição de recursos e através dela poderemos realizar coisas que são muito difíceis de serem feitas através da administração direta. De uma maneira geral, e como está explicito em sua denominação, a Fundação buscará o desenvolvimento da UNESP, o que é de um significado muito importante.

E o Instituto de Física Teórica, recentemente incorporado pela Universidade?

A UNESP é importante para o IFT e o IFT é importante para a UNESP, por isso houve a incorporação. Trata-se de um Instituto de nível internacional e que produz a melhor pesquisa no Brasil na sua área específica; tem um quadro docente do melhor nível; mantém permanente intercâmbio com pesquisadores dos principais centros de Física Teórica do mundo a sua biblioteca é a melhor e mais completa do país. Não só não poderíamos deixar de incentivar a incorporação como também o IFT, pela sua essência e excelência, se constituirá numa importante aquisição para toda a UNESP.

Teses e dissertações

DOCENTES

- **Rosalin Abbud** (FO-Araraquara), "Administração sistêmica de fluoreto de sódio e a morfologia do primeiro molar de rato (*Rattus Norvegicus*, *Albinus*, *Holtzman*). Estudo dimensional em duas gerações". **Resumo:** os efeitos do fluor através da administração sistêmica sobre a morfologia dentária no sentido de prevenção da cárie. **Banca:** Rosa Anita Rocca, Ruberval Armando Lopes, Rafael Carlos Comelli, Tadaaki Ando e Ney Moraes. **Doutorado**, dia 17 de dezembro, na FO.
- **Elcio Marcantonio Junior** (FO-Araraquara), "Correlação entre os critérios clínicos do índice de placa e a condição histológica dos tecidos gengivais". **Resumo:** foi testada a correlação entre os graus do índice de placa de Silness & Loe" e a inflamação gengival medida histologicamente, sendo encontrada uma concordância de 60%, 80%, 90% e 90% para os graus, 0, 1, 2 e 3 respectivamente. **Banca:** Benedicto Egbert Correa de Toledo, Carlos Benatti Neto e Antonio Wilson Salum. **Mestrado**, dia 18 de dezembro, na FO.
- **Maria Cecília Vecchiato Saenz Carneiro** (IGCE — Rio Claro), "Um estudo do método ISAC como alternativa do JSD para articulação com JSD". **Resumo:** o enfoque principal do trabalho está voltado para a comparação de duas metodologias, com abordagens distintas para o desenvolvimento de sistemas de informação ISAC e JSD, mas que integram a mesma técnica de descrição de programas: JSD. **Banca:** Paulo Cesar Masiero, Fernão Stella de Rodrigues Germano e Nicolau Reinhard. **Mestrado**, dia 02 de fevereiro, no ICMSC/USP-SP.
- **Rudney da Conceição Queiróz** (FE-Ilha Solteira), "Aplicação do método de retroanálise no estudo da estabilidade de taludes de estradas situadas em solos oriundos da formação Adamantina". **Resumo:** neste trabalho determinou-se quantitativamente os parâmetros médios de resistência do solo (coesão e ângulo de atrito), em taludes de cortes da FEPASA no trecho compreendido entre Araraquara e São José do Rio Preto. **Banca:** Nélcio Gaioto, Alfredo José Simon Bjornberg e Milton Assis Kamji. **Mestrado**, dia 16 de fevereiro, na FE-São Carlos — USP.
- **José Roberto Campana**, (IGCE — Rio Claro), "Modelagem e simulação de secadores pneumáticos verticais". **Resumo:** As equações do modelo são obtidas das equações de conservação de massa energia e quantidade de movimento; são resolvidas através de métodos numéricos com o auxílio de microcomputadores e os resultados obtidos são confrontados com os resultados experimentais de outros autores. **Banca:** Cesar Costapinto Santana, Sasochi Tobinaga e Edson Bittencourt. **Mestrado**, dia 17 de fevereiro, na FE-UNICAMP.
- **Marina Therezinha Andreucci Coleman** (IBILCE — S.J. do Rio Preto), "Citogenética e embriologia da reprodução de *Eupatorium squalidum* DC". **Resumo:** Estudo sobre

uma espécie nativa do Brasil, com o objetivo de se verificar a citologia e a embriologia nessa espécie, para um melhor entendimento do fenômeno da apomixia que ocorre no gênero. **Banca:** James Robert Coleman, Gerhard Bandel, Celso Abbade Mourão, Maria Neysa Silva Stort e Eunice Mambreu de Menezes. **Mestrado**, dia 24 de fevereiro, no IBILCE.

- **Affonso Maria de Carvalho** (FCA-Botucatu), "Caracterização física, química e mineralógica de solos do município de Humaitá-AM". **Resumo:** foi estudado quinze perfis de solos localizados no município de Humaitá-AM, ao longo do rio Madeira e das Rodovias BR-230 (Transamazônica) e BR-319 (Porto Velho-Manaus); após descrição morfológica foram coletadas amostras dos diversos horizontes e confrontadas com dados de outros trabalhos sobre solos da Amazônia. **Banca:** Carlos Roberto Espindola, Octávio Freire, Arary Marconi, Wolmar Aparecida Carvalho, Paulo Cesar Corsini e Antonio Evaldo Klar. **Livre-docência**, dias 24, 25 e 26 de fevereiro, na FCA.

ALUNOS

- **Claudine Gonçalves de Almeida** (FCA-Botucatu), "Otimização do uso de tratores agrícolas através de dados de ensaios de laboratório e campo". **Resumo:** foi desenvolvido um estudo para testar uma metodologia para a determinação de pontos de ótimo no dimensionamento e uso de tratores agrícolas, a partir de informações de consumo de combustível, rotação, potência desenvolvida, força de tração e depreciação. **Banca:** Flávio Abranches Pinheiro, Antonio Francisco Ortolani, Sérgio Hugo Benez, Evaristo Marzabal Neves e Carlos Antonio Gamero. **Mestrado**, dia 24 de fevereiro, na FCA.
- **Atilio Marcos Innocenti** (FCA-Botucatu), "Comportamento de novos híbridos de morangueiros (*Fragaria ssp*) na região de Botucatu". **Resumo:** através de cruzamentos controlados, estudou-se o comportamento de novos híbridos de morangueiro, visando principalmente a um aumento na produtividade e na resistência. Para isso, foram realizados ensaios de competição durante os anos de 82, 83 e 84 na fazenda Lageado. **Banca:** Paulo Donato Castellane, Rubens José Pietsch Cunha, Rodolfo Carbonari, Ede Cereda e Keigo Minami. **Mestrado**, dia 26 de fevereiro, na FCA.
- **Maria Devanir Figlioli** (FO-Araraquara), "Postura de trabalho em Odontologia: avaliação das posições do cirurgião-dentista e da auxiliar odontológica". **Resumo:** o objetivo do trabalho é contribuir para solucionar os problemas relacionados com a postura do profissional de odontologia frente ao equipamento, procurando obter posições que permitam que se mantenha uma postura ergonômica durante o procedimento clínico. **Banca:** Fábio de Angelis Porto, Wilson Galvão Naresse e Jaime Renato Furquim de Castro. **Mestrado**, dia 26 de fevereiro, na FO.

América Latina é tema de seminário

O Centro de Estudos Latino Americanos (CELA) do ILCSE — campus de Araraquara, irá realizar durante quatro terças-feiras seguidas, a partir de 17 de março às 14 horas, um seminário aberto sobre temas básicos da "História da América Latina Colonial".

O seminário, que será proferido pelo professor Francisco Moscoso, abordará os temas: Europa e América na Época do Descobrimento; o Processo da Conquista; Formas de Propriedade e Trabalho; e Estado, Igreja, Mercantilismo e Reforma.

O mesmo professor estará também no próximo dia 8 de abril às 14 horas, realizando uma palestra sobre "Solidariedade Abolicionista brasileira-caribenha: Patrocínio e Betances". O local dos eventos é a biblioteca nova do-ILCSE, onde está instalado o CELA.

Computador ajuda no almoxarifado da FCA

Desde dezembro, a FCA — campus de Botucatu conta com um aliado na racionalização de serviços administrativos. Trata-se do controle do almoxarifado daquela unidade, que passou a ser feito por computador.

Implantado em caráter ainda experimental, o sistema está praticamente consolidado, segundo o diretor da FCA, professor Ricardo Veiga, em função dos bons resultados apresentados. Para Antônio Augusto Bomediano Fornari, diretor do Serviço de Atividades Patrimoniais, o computador está executando uma série de atividades, antes feitas manualmente, como preenchimento de fichas, notas e cálculos para planejamento de reposições de estoque. "Além de agilizar os serviços, eliminando a burocracia — explica — o sistema garante a precisão das informações".

ESTANTE

SBPC agiliza "Ciência e Cultura"

A revista "Ciência e Cultura", editada mensalmente pela SBPC desde 1949, está interessada em divulgar com maior rapidez as comunicações que expressem, de maneira breve, dados novos ou resultados de pesquisa experimental ou teórica.

Para isso, foi instituída uma nova forma de preparação das comunicações. Os interessados devem encaminhar um original e duas cópias além de carta de encaminhamento do artigo contendo título (inglês e português) nome completo dos autores, sua vinculação institucional e endereço para correspondência e telefones. Quanto ao conteúdo, o artigo deve ter um parágrafo introdutório — que permita ao leitor, não especialista da área, saber qual o ponto central da comunicação —, apresenta-

ção, discussão de experimentos, cálculos e resultados, além de conclusões e referências.

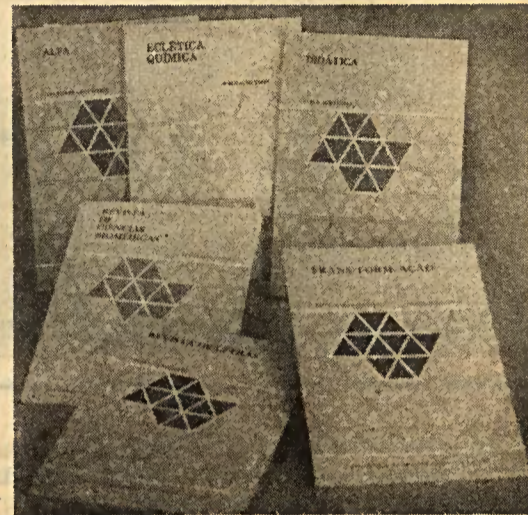
Quanto ao formato, deve ter até oito laudas datilografadas em duplo espaço (24 linhas de 65 toques), incluindo-se nesse total resumos, figuras, tabelas e referências. Outras orientações: os resumos (inglês e português) não devem ultrapassar dez linhas cada um; limitar notas e referências às necessárias para correta informação do leitor; usar subtítulos apenas quando absolutamente necessários; evitar redundância entre texto, tabelas e figuras.

Maiores informações podem ser obtidas junto à Secretaria Geral da SBPC, à Av. Pedroso de Moraes, 1512 — 05420 — São Paulo, SP — tel: (011) 212-0740.

CPCC publica novas revistas

O Centro de Publicações Científicas e Culturais publicou mais seis revistas nos últimos meses: "TRANS / FORM / AÇÃO", da área de Filosofia; "Alfa", de Linguística; "Didática"; "Revista de Letras"; "Ecletica Química" e "Revista de Ciências Biológicas".

As publicações têm o objetivo de divulgar trabalhos inéditos de docentes da UNESP e de outras instituições; cada revista tem a sua própria comissão de redação. O responsável pelo expediente do CCPC é o professor Antônio Christofoletti.



"Humanidades" é relançada pela UnB



Depois de um ano fora de circulação, a Revista Humanidades, editada pela Editora Universidade de Brasília, volta a ser publicada, apresentando, entretanto, uma nova linha editorial e gráfica.

Publicada entre 82 e 84 sem periodicidade definida e mais voltada para assuntos clássicos, como recuperação de textos antigos e traduções, Humanidades dirige-se agora por uma linha voltada a temas de interesse atual, abordando questões que digam respeito ao Homem, como a crise econômica brasileira e constituinte, planejamento familiar, meio ambiente, música e universidade.

Editada trimestralmente, a nova publicação apresenta também uma programação visual bastante arrojada, com muita ilustração permeando suas páginas a duas e quatro cores.

Para assinar Humanidades (Cz\$ 240,00 por um ano) ou para publicar artigos, ensaios, estudos de casos, relatos de experiências, análises e diagnósticos, reportagens etc, basta escrever para Revista Humanidades — Editora UnB: Campus Universitário — Asa Norte — Prédio Dois Candangos — C.P. 153.001 — 71.910 — Brasília — DF. Os trabalhos publicados são pagos ao autor.

Educação democrática Mais um boletim

FILOSOFIA DA ESCOLA NOVA — Do Ato Político ao Ato Pedagógico, de Fátima Cunha, co-edição EDUFF/Tempo Brasileiro, 1986, 134 Páginas, Cz\$ 40,00.

Fátima Cunha, docente da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense, faz um levantamento da "Escolanova" e seu compromisso com a Educação Brasileira, partindo do pressuposto de que o Liberalismo foi o "elemento aglutinador" entre homens que, procurando modificar os rumos da escola, renovou seus métodos, influenciando diretamente na sociedade. "Da escola democrática à sociedade democrática seria, portanto, o caminho a percorrer".

O livro levanta a polêmica e estabelece pensamentos para o atendimento da situação da época do "Movimento Escolanova" (1932), permitindo acompanhar a situação atual da Educação Brasileira.

A FCAV — campus de Jaboticabal acaba de lançar mais uma publicação destinada à divulgação de resultados de pesquisa científica desenvolvida naquela unidade. Trata-se do boletim "Ciência Zootécnica" que vem se juntar ao boletim "Ciência Agrônoma", lançado no ano passado e que já em sua segunda edição. Além desses, já está no prelo, devendo ser lançado ainda este mês, o boletim "Ciência Veterinária".

Com tiragem de 700 exemplares cada, as publicações são distribuídas a entidades voltadas ao ensino e à pesquisa, inclusive do exterior, em países de língua luso-espanhola.

Para o presidente da Comissão Editorial do "Ciência Agrônoma", professor Nelson M. Carvalho, as publicações poderão se considerar consolidadas, segundo as normas de publicações de indexação, a partir da terceira ou quarta edição".

C.O. aprova incorporação do IFT

O Conselho Universitário aprovou, na sessão de 19 de fevereiro, a proposta da reitoria de incorporação do Instituto de Física Teórica (IFT) à UNESP. As duas entidades já vinham mantendo um intercâmbio de cooperação científica desde abril do ano passado, quando foi assinado um convênio.

Com a incorporação, o IFT passará para a UNESP na categoria de "outras unidades", conforme está previsto nos artigos 6º e 7º do estatuto (as demais categorias são "unidades universitárias" e "unidades auxiliares"). Para tanto, uma comissão mista está elaborando um regimento para o IFT que se adequa ao estatuto da Universidade. O documento será submetido ao C. O. A entidade, que se mantinha praticamente com verbas da FINEP, será contemplada regularmente com recursos orçamentários da UNESP, a quem passará a pertencer o quadro docente.

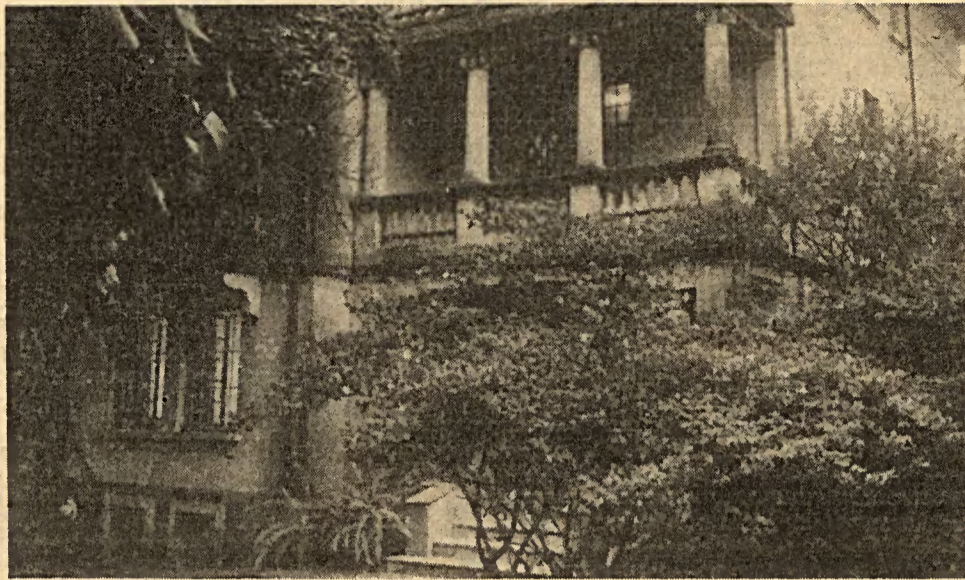
PERFIL

Reconhecido nacional e internacionalmente, o IFT teve origem na Fundação Instituto de Física Teórica, entidade de direito privado criada em 1950 com os objetivos principais de promover a pesquisa científica no campo da Física Teórica e ciências correlatas e a formação de novos pesquisadores, visando o atendimento das necessidades do país em especialistas nessa área do conhecimento. Até 1968 essa formação realizou-se unicamente através de seminários e de trabalhos de pesquisa, sob orientação de professores do IFT e professores visitantes. Em 1969, foi considerado Centro de Excelência pelo CNPq, passando então a ministrar oficialmente cursos de Pós-Graduação em Física nos níveis de mestrado e doutorado. Esses cursos, iniciados em 1971, foram credenciados pelo Conselho Federal de Educação em 1973, com reconhecimento em 1978 e 1985. Desde então 18 doutores e 64 mestres foram titulados pelo IFT.

Além do alto nível verificado pela comissão de credenciamento dos cursos, o IFT apresenta uma estrutura administrativa bastante simples e compatível com o número de professores e alunos da instituição. Atualmente contando com 16 professores permanentes, todos em tempo integral e com dedicação exclusiva, o corpo docente apresenta alta qualificação científica, com titulação mínima de doutorado, sendo que seis obtiveram o último título fora do país.

Em 86, o Instituto contou com um total de 30 alunos de pós-graduação, sendo 20 em mestrado e 10 em doutorado, o que dá uma média de dois alunos para cada professor, independente da presença de professores visitantes, embora isso seja freqüente. Trata-se de uma política do Instituto promover o intercâmbio constante com professores de outros centros do país e do exterior para ministrarem seminários e cursos com o objetivo de manter atualizados o ensino e a pesquisa. Só no ano passado, o IFT recebeu seis professores de diversos países e enviou quatro de seus docentes a instituições do exterior, através de convênios mantidos com a França, União Soviética, Alemanha, Estados Unidos e México.

Ao nível de pós-graduação, o IFT oferece orientações nas áreas de Física de Partículas e de Campos, Física Nuclear,



Física da Matéria Condensada, Relatividade Geral e Cosmologia, Mecânica Estatística e Física Matemática, além dos cursos de Mecânica Quântica (I e II), Eletromagnetismo (I e II), Mecânica Estatística, Física Nuclear, Relatividade Geral, Partículas Elementares, Teoria dos Grupos, Teoria dos Campos, Problemas de Muitos Corpos Nuclear e Métodos da Física Teórica (I, II, III, IV, V e VI). O Instituto promove também cursos de iniciação científica para alunos de 3º e 4º ano de graduação em Física e que

é dado usualmente em forma de estudo dirigido e seminários.

Quanto ao patrimônio, o Instituto funciona em sede própria (foto acima), localizada na rua Pamplona, 145, em São Paulo, num terreno de 6.500 m². O ponto alto, entretanto é a sua biblioteca, considerada a melhor do país nas áreas de pesquisas desenvolvidas pelo IFT, contando com mais de 20 mil volumes, entre livros e periódicos, e recebendo cerca de 2.500 preprints por ano.

Um centro de intercâmbio

A incorporação do IFT pela UNESP abre novas perspectivas para as duas instituições, na opinião de Ruben Aldrovandi (foto), vice-presidente do Conselho Diretor, diretor Científico e membro da Comissão de Pós-Graduação do Instituto.

"Temos planos que envolvem a expansão do Instituto em termos do número de pesquisadores, pois o IFT tem condições, por exemplo, de atender em sua biblioteca até 300 pessoas e que hoje está sendo sub-utilizada, com cerca de apenas 50 usuários. Esta expansão — adverte — deve ser feita devagar para não comprometer o nível de pesquisa e ensino que caracteriza a instituição".

Para a UNESP, Aldrovandi acredita que o IFT poderá servir como um centro de intercâmbio entre pesquisadores de física e ciências correlatas. "Apesar de pouco conhecermos a UNESP — comenta — pudemos identificar alguns problemas devidos, em grande parte, ao isolamento de



seus campi. O ideal seria que o IFT funcionasse como um centro aglutinador". Apesar da falta de experiência no sentido de coordenar essa integração, o professor Aldrovandi tem algumas propostas como a permanência do pessoal da UNESP no Instituto durante alguns meses. "Isso já se faz em alguns centros internacionais — lembra — como o de Trieste, onde os professores associados passam três meses por ano. Seria uma experiência interessante para a UNESP, pois ofereceria a oportunidade de acesso à biblioteca e de trabalho conjunto entre os pesquisadores".

Já para o nível de graduação, o IFT oferece o curso de Iniciação Científica que, "para os alunos da UNESP, em função da distância, poderia ser realizado no período de férias, quando o aluno, durante um mês, receberia um tratamento intensivo sobre um determinado tema".

Essa oportunidade de integração e intercâmbio que a incorporação do IFT faz vislumbrar assume ainda uma maior importância quando se considera o ritmo acelerado em que se desenvolvem certas áreas da Física, como o campo da Alta Energia. "Se um pesquisador ficar parado dois meses — exemplifica — levará pelo menos outros seis para se atualizar, pois, só para se ter uma idéia, recebemos aqui uma média anual de 2.500 preprints (o artigo antes de ser publicado) o que dá uma média elevada de leitura diária obrigatória. Só através do intercâmbio constante de experiências é possível melhorar o nível de ensino e pesquisa no país".

O Instituto de Física Teórica e a Física Brasileira

FERNANDO D'AGNONI PRADO

O ensino e a pesquisa em Física institucionalizaram-se entre nós a partir de 1934, com a vinda ao Brasil de Gleb Wataghin, por ocasião da implantação da Universidade de São Paulo, um projeto político das oligarquias paulistas derrotadas nas armas em 1932.

Wataghin, um russo naturalizado italiano, havia feito cinema e física. Como físico, estava vivendo toda a efervescência da área nas décadas de vinte e de trinta, tendo participado do célebre Congresso Solvay de 1927, cujo tema foi a nova mecânica quântica, recém-construída. Os primeiros cursos de Wataghin em São Paulo foram comuns à Faculdade de Filosofia e à escola Politécnica e muito semelhantes aos congêneres da Universidade de Turim; suas lições tiveram grande influência no ensino universitário de Física. Wataghin foi também responsável pelo primeiro curso de Física Teórica ministrado no Brasil, introduzido no terceiro ano da FFCL em 1936. Seu campo de interesse — raios cósmicos — levou ao desenvolvimento de diversas áreas correlatas, teóricas e experimentais, como a Física Nuclear, a Física de Partículas Elementares, a Astrofísica e a Instrumentação Científica.

No pós-guerra, tanto em decorrência da atividade desses grupos como pela conjuntura mundial, a física brasileira passou por grande crescimento; de início, a Física Nuclear e a Eletrônica e, posteriormente, a Física do Estado Sólido. Também a Física Teórica recebeu considerável impulso na década de cinquenta, notadamente a Teoria das Partículas Elementares, a Física de Raios Cósmicos, a Eletrodinâmica, a Teoria Geral dos Campos e a Mecânica Quântica. Este avanço se deveu principalmente aos trabalhos de Mário Schemberg (em São Paulo, na Europa e nos Estados Unidos), de David Bohm (de Princeton, recomendado por Albert Einstein, e que ficou alguns anos em São Paulo) e à criação do Instituto de Física Teórica (IFT) em 1950.

O IFT foi implantado, simultaneamente à criação do CNPq em 1951, numa atmosfera especialmente favorável ao desenvolvimento das ciências físicas no Brasil. Os principais interessados em São Paulo foram os irmãos Leal Ferreira. A nova instituição tomou como modelo o Max Planck Institute für Physik, de Göttingen (Alemanha) na época dirigido por W. Heisenberg, um dos fundadores da mecânica quântica, que em 1952 enviou a São Paulo C.F. von Weizsacker (físico e filósofo da ciência). Nos anos seguintes o IFT foi dirigido por Taketani, físico japonês atualmente mais conhecido por sua influência nos estudos de filosofia de ciência. O IFT é hoje uma instituição dinâmica, sem vícios burocráticos e que mantém a sua orientação original: intenso intercâmbio científico no país e com o Exterior, estudando questões da fronteira do conhecimento físico.

A incorporação do IFT pela UNESP significa um salto qualitativo e quantitativo na pesquisa gerada na Universidade. Trata-se de uma oportunidade rara, tanto do ponto de vista acadêmico como do político: academicamente, recebe-se um grupo estruturado, orgânico, produzindo no padrão internacional; politicamente, contempla-se o princípio de universidade pública e gratuita, trazendo para o âmbito do Estado uma instituição competente, historicamente vinculada ao desenvolvimento da Física no Brasil.

O autor é professor-assistente do Departamento de Física do IGCE — campus de Rio Claro, e secretário regional da Sociedade Brasileira de Física.



IBILCE amplia ação dos alunos nos estágios

Com a instalação de um "plantão de dúvidas" e da realização freqüente de cursos em cinco escolas de 1º e 2º graus de S.J. do Rio Preto, os alunos de matemática e língua portuguesa (áreas de práticas de ensino) do Departamento de Educação do IBILCE, passaram a desenvolver um projeto de assistência pedagógica nessas instituições.

Pela legislação, os alunos devem fazer os estágios nas escolas para concluírem a licenciatura, porém, com os "plantões de dúvidas", eles sentiram a necessidade de participar ainda mais da vida das escolas, devido aos vários casos de deficiência de aprendizagem.

Sob a orientação dos professores Marcos Luiz Lourenço e Regina Maria Pessoa, os alunos-estagiários ministram fora do horário normal das aulas, cursos de reforço e de aprofundamento dos conteúdos curriculares de 1º e 2º graus.

Por conta própria, o aluno vai mais de uma vez por semana na escola; o que era obrigatório passou a ser voluntário, pois, através de uma assistência sistemática, o estagiário percebeu que pode passar a vivenciar situações concretas de sala de aula, aplicando técnicas de ensino que, posteriormente, poderão ser utilizadas em sua atividade docente. As turmas chegam a ter em média 30 alunos.

Segundo os coordenadores, a princípio era o Departamento que procurava as escolas oferecendo o serviço; agora, com o trabalho mais dedicado dos alunos-estagiários, a situação se inverteu. Inclusive, prevê-se, além de matemática e português, a entrada de cursos de biologia e ciências.

Resultado do concurso literário do ILCSE

O Centro de Estudos Portugueses "Jorge de Sena", ligado ao Departamento de Literatura do ILCSE — campus de Araraquara, promoveu no ano passado um concurso literário sobre a ficção na obra do escritor português Vergílio Ferreira, em comemoração aos seus 70 anos de vida.

O concurso foi destinado a universitários da graduação, sendo divulgado nas principais instituições de ensino superior do país.

A Comissão Julgadora, constituída pelos professores Jorge Cury, Carlos Alberto Iannone, do ILCSE, e João Décio, do ILHP-Assis, classificou as três melhores monografias: 1º lugar: O Existencialismo em Estrela Polar, de Isabel Cristina Beraldo; aluna do curso de Letras do ILCSE; 2º lugar: Alegria Breve — A Consciência do Ser, de Maria Spassal, aluna do Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; e, em 3º lugar, Morte — Força Motriz em Aparição, de Shirley Progiante, aluna do curso de Letras da FFCL do Sagrado Coração de Jesus (Bauru).

Com o apoio da Comissão de Atividades Culturais (CAC), os classificados do concurso receberam uma premiação em dinheiro.

Monitoria: Reitoria divulga instruções

Instituída com o objetivo de proporcionar ao graduando condições para seu desenvolvimento acadêmico e pessoal, a monitoria consiste na contemplação de bolsa (no valor de um salário mínimo mensal, durante o período de março a dezembro, para uma jornada de oito horas semanais) a alunos indicados pelo Conselho de Departamento, para colaborar nas atividades de ensino, pesquisas e extensão, sob orientação de um professor da disciplina na qual é monitor. Além dessas diretrizes básicas, o reitor Jorge Nagle expediu novas orientações às unidades, que terão autonomia para definir o número de monitorados. Abaixo, a íntegra da Instrução nº 1 para o Exercício da Monitoria nos Cursos de Graduação:

"A monitoria, instituída pela Resolução UNESP nº 65 de 28 de novembro de 1986, será exercida de acordo com o estabelecido nesta Instrução:

1 — O período para inscrição de candidatos à monitoria e o número de vagas oferecidas serão fixados pela Unidade Universitária, no início de cada ano.

2 — Poderão candidatar-se à monitoria alunos de graduação que tenham sido aprovados na respectiva disciplina.

3 — Os candidatos à monitoria serão selecionados mediante provas, aplicadas por uma comissão especialmente designada pelo Conselho de Departamento.

4 — A proposta de designação dos candidatos selecionados será encaminhada pelo Conselho de Departamento ao Diretor da Unidade Universitária, instruída com ficha contendo os dados

pessoais e histórico escolar do candidato.

5 — a designação do monitor será comunicada à Coordenadoria de Assistência ao Estudante.

6 — O pedido de prorrogação do exercício de monitoria deverá ser encaminhado pelo Conselho de Departamento ao diretor, até quarenta dias antes do término do anterior.

7 — O monitor exercerá suas atividades sob orientação de professor da disciplina objeto da monitoria, designado pelo Conselho de Departamento dentre os que exerçam suas funções em RDIDP.

7.1 — Cabe ao orientador: a) elaborar o plano de atividades do monitor e submetê-lo à aprovação do Conselho de Departamento; b) exercer o controle de horário e de freqüência do monitor.

7.2 — O horário de trabalho do monitor não poderá coincidir com o das atividades discentes das disciplinas em que estiver matriculado.

8 — O monitor deverá elaborar relatórios semestrais a serem encaminhados à Congregação, para fins de controle geral das atividades da monitoria na Unidade Universitária.

9 — Os relatórios deverão ser previamente apreciados pelo orientador e aprovados pelo Conselho de Departamento.

10 — Após aprovação do relatório final, o monitor fará jus a certificado expedido pelo Diretor da Unidade Universitária".

Boletim das "Aventuras" em fase final de elaboração

A Secretaria Geral da UNESP está terminando um levantamento sobre os docentes interessados em trocar idéias sobre experiências de ensino, visando a melhoria dos cursos de graduação. Todos os docentes da Universidade já receberam um ofício-circular a respeito, tendo anexo um questionário. Os interessados que devolverem o questionário preenchido receberão o folhetim "Aventuras na Sala de Aula" e, eventualmente, outras informações sobre ensino.

O número 1 do folhetim está em fase final de elaboração e conterá resumos das seguintes "Aventuras na Sala de Aula": 1. Avaliações de uma experiência de sistematização de ensino (Antonio Cesar Perri de Carvalho); 2. Quando os alunos fazem e aprendem (João Batista Ioriatti Demattê); 3. Vivência e orientação de pais (Carmem Silvia S. Justo); 4. Estudo dirigido, casos clínicos e avaliação (Terczinha de Oliveira Nogueira); 5. Diagnóstico da situação e perspectiva do ensino (A. C. Montelli e outros); 6. Ensino individualizado e socializado (Julietta R. E. de Moraes e Ana Maria Faleiros); 7. Planejando a aula na própria aula (Jairo Osvaldo Cazetta); 8. Participação ativa do aluno (Ana Maria Faleiros e Lisete D.R. Casagrande); 9. Estudo formativo (Domingos A. Meira e outros); 10. O estudante como agente de seu aprendizado (Darci S.A. Watanabe e outros); 11. Estágios e atividades didáticas

e científicas (Roberto C. Burini e outros); 12. Um curso integrado (Cecilia Magaldi e A. C. Montelli); 13. Atividades intra e extra-muros (Cecilia Magaldi e outros); 14. Como revitalizar os cursos de graduação? (O. Frota Pessoa).

Reunião Aberta

A Secretaria Geral está estudando a possibilidade de realizar ainda no corrente semestre letivo, uma reunião aberta a todos os interessados, para uma primeira troca de idéias sobre "Aventuras na Sala de Aula". Nessa ocasião, deverão também ser analisadas e discutidas propostas de medidas que devem ser tomadas a fim de apoiar e incentivar os docentes interessados em melhorar o nível de seus próprios cursos. A intenção básica é apresentar, analisar e discutir as alterações que os decretos introduziram em suas disciplinas de qualquer curso de graduação para melhorá-las.

Há um pequeno grupo de docentes estudando o assunto. Sob a coordenação do Secretário Geral da Universidade, professor Ademar Freire Maia, o grupo é constituído por Antonio Cesar Perri de Carvalho, Augusto César Montelli, Carlos Erivany Fantinatti, Carlos Felício Vanni, Jorge Nagle, Nelson Angeli e Osvaldo Frota-Pessoa, todos falando em caráter pessoal.

O grupo continua solicitando colaborações, sugestões e críticas.

-Aconteceu nas unidades

• "2ª Semana de Prevenção da Hipertensão", promovida pelo Departamento de Ciências Fisiológicas da Faculdade de Odontologia — campus de Araçatuba —, no final do ano passado, com participação de docentes, alunos e estagiários. Através de palestras, projeções de slides e cartazes, a Semana teve como objetivo esclarecer e orientar a comunidade a respeito da hipertensão. Foi verificada a pressão arterial de 5.300 pessoas, cerca de 17% delas encaminhadas para tratamento médico especializado. O evento foi coordenado pelo professor Casemiro Cabreira Peralta.

• Curso rápido de "Análise do Solo para fins da avaliação de fertilidade", de 23 a 27 de fevereiro na FCAV — campus de Jaboticabal —, destinado a agrônomos e químicos. O curso teve como coordenador o professor Manoel Evaristo Ferreira, do Departamento de Solos e Adubos.

• O programa de "Residência em Medicina Veterinária" da FMVZ — campus de Botucatu — recebeu, de 1º a 23 de dezembro, 34 candidatos de diversas instituições do país para disputar as 18 vagas oferecidas.

• A "Reunião Anual da Organização Flora Neotrópica", realizada de 23 a 25 de janeiro nas dependências da Reitoria, foi coordenada pelo Departamento de Botânica do IBILCE — campus de Rio Preto — e teve a participação de especialistas em Botânica da Finlândia, Dinamarca, França, Inglaterra, Estados Unidos, Colômbia, Argentina e Brasil. O objetivo da Organização é incentivar, organizar e publicar estudos taxonômicos relativos aos diversos grupos de vegetais das regiões tropicais das Américas. Os interessados devem procurar o professor Paulo G. Windisch, do Departamento de Botânica do IBILGE e vice-presidente da Organização.

Psicologia do ILHP nos Centros de Saúde

O Departamento de Psicologia Clínica do Instituto de Letras, História e Psicologia (ILHP) — Campus de Assis, preocupado em fornecer aos alunos do curso de Psicologia uma melhor formação teórica-prática, vem desenvolvendo sistematicamente o estágio profissionalizante nessa área.

Através de convênio com a Coordenadoria de Saúde Mental da Secretaria da Saúde, o Departamento intensificou a implantação do serviço de saúde mental nos Centros de Saúde de Assis, e ao mesmo tempo, organiza e ministra cursos extra-curriculares de preparação para esse tipo de serviço. Em 1986, atuaram no Centro de Saúde 25 estagiários do 5º ano, recebendo pacientes de toda a região, com o oferecimento de cerca de 200 consultas mensais com duração de 50 minutos cada uma. A professora Sônia Maria Ribeiro Wolf, diz que "todo o funcionamento desse trabalho, depende de uma equipe de professores que se dispõe não apenas a ministrar os cursos práticos, mas também a acompanhar semanalmente as consultas efetuadas pelos alunos".

Curso de extensão no IBBMA

O Departamento de Fisiologia do IBBMA — campus de Botucatu, irá realizar, de 20 a 26 de março, o curso de extensão universitária "Iniciação à redação científica". Sob a coordenação do professor Gilson Luiz Volpato, o curso tem como programação vários temas que compõem a metodologia para se preparar um trabalho científico.

A inscrição vai de 16 a 18 de março, com pré-seleção no dia 19; serão preenchidas dez vagas. A taxa é Cz\$ 5,00 e para maiores informações entrar em contato com a Seção de pós-graduação do IBBMA, fone: (0149) 22-0555 — ramal 277.

Fundação — nova perspectiva para a UNESP

Colaborar para o desenvolvimento das atividades da Universidade, amparando e realizando, dentro de suas possibilidades, estudos e trabalhos que atendam às necessidades de ensino, pesquisa e extensão de serviços à comunidade. Este é o objetivo da Fundunesp — Fundação para o Desenvolvimento da UNESP, cuja criação foi aprovada pelo Conselho Universitário no dia 19 de fevereiro último. Nessa mesma data foi também aprovado o anteprojeto dos estatutos da nova entidade, já encaminhado ao 1º Promotor de Justiça Curador de Fundações, dr. Ruy Sérgio Rebello Pinho, a quem compete analisar o documento e decidir sobre sua aprovação.

A proposta da Fundação partiu da Reitoria, preocupada em criar condições novas tanto para a realização de trabalhos de docentes pesquisadores (através de departamentos, unidades etc.) como para o surgimento de estruturas inovadoras ao nível da Universidade. Num caso ou noutro buscando uma alternativa eficaz para o desenvolvimento da UNESP. Foi escolhida a forma de fundação basicamente em função da maior agilidade permitida pela sua estrutura jurídica no que se refere à administração de recursos e alcance de objetivos.

Segundo o anteprojeto, a Fundunesp se caracterizará por entidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e dotada de autonomia técnico-administrativa. Para cumprir seus objetivos, ela deverá: 1) celebrar contratos e convênios com pessoas físicas ou jurídicas; 2) articular a cooperação e o intercâmbio com outras entidades; 3) divulgar resultados de estudos e pesquisas da UNESP; 4) promover outras atividades compatíveis com seus fins.

Para isso, a entidade poderá captar recursos ou receber bens materiais das mais diversas fontes e sua administração ficará a cargo de um conselho curador e de uma diretoria. Aquele, será constituído por nove membros, incluindo o rei-

Diretores	Quadro auxiliar	Atribuições
Presidente	Secretário-Executivo e funcionários	Representar a Fundunesp em juízo ou fora dele; dirigir as atividades administrativas; receber bens, doações e subvenções, com aprovação do Conselho Curador (CC); movimentar as contas bancárias; assinar convênios ou acordos autorizados pelo CC; adquirir e alienar bens, com autorização do CC; Elaborar o orçamento e acompanhar sua execução; elaborar o balanço anual; encaminhar ao CC o orçamento, os balanços e balancetes, bem como o relatório anual; admitir pessoal, com autorização do CC; responsabilizar-se pelo patrimônio da Fundunesp; praticar os demais atos de sua competência; resolver os casos omissos ou dúbios, submetendo suas deliberações à apreciação do CC.
Fomento a Pesquisa	Assessores	Colocar em ordem prioritária projetos específicos encaminhados por docentes, departamentos, unidades ou conjuntos destes da UNESP, para efeito de apoio material e praticar atos de concessão de auxílio aos projetos priorizados; acompanhar a execução dos projetos e propor suplementações ou cancelamento de auxílios; manifestar-se sobre propostas de convênios e contratos de interesse das unidades e na formalização de convênios e contratos de interesse da Fundunesp; movimentar, com o diretor-presidente, contas bancárias.
Publicações	Assessores	Divulgar a produção científica, tecnológica e artística gerada no âmbito da UNESP e também a produção dos Núcleos de Estudos da Fundunesp; movimentar, com o diretor-presidente, contas bancárias.
Projetos Especiais	Assessores	Coordenar as atividades dos Núcleos de Estudos; implementar ações para que as atividades dos Núcleos estimulem a investigação científica pelas unidades, departamentos e docentes da UNESP; movimentar, com o diretor-presidente, contas bancárias.

tor, que será seu presidente; sendo que o reitor e o Conselho Universitário indicarão, respectivamente, um representante de cada uma das seguintes áreas: Ciências Biológicas e da Saúde; Ciências Agrárias e Veterinárias; Ciências Humanas, Filosofia, Letras e Artes; Ciências Exatas e Tecnológicas. O mandato desses representantes será de quatro anos, com proibição de recondução consecutiva.

Ao conselho de curadores caberá tomar as decisões a respeito do cumprimento dos objetivos da Fundunesp, fazendo valer as determinações do estatuto e do regimento, bem como analisar as medidas tomadas pela diretoria e a esta

transmitir deliberações. Seus relatórios serão submetidos ao Conselho Universitário.

DIRETORIA

Exercer a administração da Fundunesp, cumprindo a legislação pertinente, o estatuto, o regimento e as deliberações do conselho curador serão as atividades de competência da diretoria, composta por quatro membros indicados pelo reitor e com mandato de dois anos — nesse caso sendo permitida uma única recondução.

O anteprojeto dos estatutos prevê a indicação de quatro diretores: o diretor-presidente, o diretor de fomento à pesquisa, o de publicações e o de projetos

especiais (veja as atribuições de cada um no quadro). As despesas da Fundunesp, inclusive com salários de empregados, não poderão ser superior a cinco por cento do seu orçamento, conforme prevê o artigo 21 do anteprojeto dos estatutos.

As atribuições das comissões de Projetos Especiais e de Convênios e do Centro de Publicações Científicas e Culturais serão absorvidas pela Fundunesp. Além disso, está prevista a criação, pela diretoria de projetos Especiais, de núcleos de estudos visando a abertura de novas áreas de atuação, notadamente no que diz respeito à extensão de serviços à comunidade.

Professor aponta riscos aos "fumantes passivos"

Desde o dia 24 de outubro do ano passado, é proibido fumar nas repartições públicas estaduais (exceto nas respectivas áreas de lazer, lavabos e sanitários). É o que determina a Lei nº 5.384, promulgada por Franco Montoro naquela data, e que reflete a preocupação cada vez maior com os prejuízos causados pela fumaça de cigarro aos não-fumantes, por isso também chamados de fumantes passivos.

Para o professor emérito de Patologia da Faculdade de Medicina de Botucatu, Mário Rubens Montenegro, a preocupação faz sentido. Segundo ele, "algumas das substâncias produtoras de câncer que se encontram na fumaça dos cigarros chegam a estar cem vezes mais concentradas na fumaça que sai para o ar do que naquela que é tragada pelo fumante". O fato se agrava ainda mais em ambientes fechados. "No caso dos aviões — explica Montenegro — a situação é ainda pior, pois o ar é continuamente recirculado. O resultado é que à medida que as pessoas fumam, elas e as não-fumantes vão respirando um ar com concentrações crescentes de cancerígenos. Por essa razão, algumas companhias áreas americanas estão até estudando a possibilidade de reservar aviões para fumantes e não-fumantes, já que separá-los no mesmo avião é totalmente inútil."

O professor Montenegro lembra também que pesquisas já demonstraram que "um único cigarro fumado por uma gestante reduz pela metade o fluxo de sangue para o feto. Embora eu não conheça trabalhos sobre o efeito da fumaça do cigarro dos maridos sobre o fluxo sanguíneo da placenta de mães não-fumantes, há informações que demonstram alterações importantes da circulação quando uma criança é colocada em um quarto a cinco metros de distância de uma pessoa que fuma. Diante desse quadro — comenta — cada vez mais se justifica a famosa frase da Organização Mundial da Saúde de que 'o hábito de fumar é hoje a mais importante das causas evitáveis de doenças', pois já é há muito sabido da estreita correlação entre o hábito de fumar e a incidência dos vários tipos de câncer, destacando-se o do pulmão, boca, laringe, esôfago, estômago, rins e bexiga, entre outros, e que os não-fumantes acabam sendo também atingidos". Vários trabalhos realizados na Grécia, Hong-Kong, Japão, Inglaterra e Estados Unidos demonstraram, segundo Montenegro, "um aumento apreciável do risco de câncer do pulmão em esposas de fumantes. Pelo menos metade dos cânceres de pulmão encontrados em não-fumantes ocorrem nos fumantes passivos", finaliza.

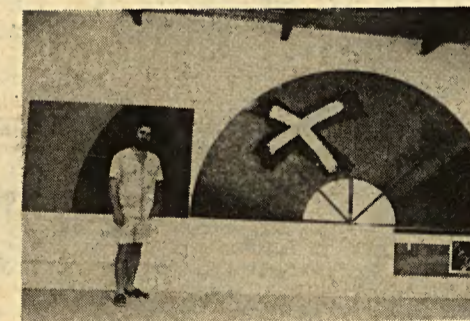
Docentes são premiados por suas realizações

A produção cultural e/ou científica de três professores da UNESP foram recentemente premiadas por entidades tradicionais em detectar revelações.

O professor Romildo Sant'Anna, do Departamento de Letras Modernas, área de espanhol do IBILCE — campus de Rio Preto, recebeu o prêmio cubano "Casa de las Américas" por seu ensaio "Silva/Selva: Quadros e Livros. Estudo sobre um artista caipira". Este trabalho — na área de literatura comparada — foi a tese de doutorado do professor, defendida na USP. O prêmio, além de 3.000 dólares, prevê a publicação do trabalho na "Colección Premio" da Casa de las Américas, que terá também lançamento em língua portuguesa pela Editora Brasiliense.

No começo deste ano, o professor Romildo acumulou mais uma premiação. Seu roteiro/argumento "Os primitivos Scarelli" foi premiado pela Embrafilme junto a outros cinco roteiros, que serão produzidos pela empresa. O filme, que deverá ser rodado este mês, é um curta-metragem de 35 mm com doze minutos de duração, e, segundo o professor, "este trabalho destina-se preferencialmente para os alunos de 1º e 2º graus".

Com uma pintura-painel de 6,2 metros, o professor Alcindo Moreira Filho (foto), do



Departamento de Expressão e Comunicação do IAP, recebeu o Prêmio Panorama do Museu de Arte Moderna de São Paulo (MAM). De 25 de janeiro a 28 de fevereiro na Bienal de São Paulo, participou também da exposição "A Trama do Gosto: um outro olhar sobre o cotidiano", onde expôs suas pinturas/colagens no núcleo "manufaturas de papéis".

Pela realização, no ano passado, da "1ª Semana de Ritmo e Som" no IAP, a professora Maria de Lourdes Sekeff, recebeu o Prêmio Especial da Associação Paulista de Críticos de Artes, que, no início de cada ano, escolhe os melhores nos diferentes campos das artes.

Os conceitos da Capes do último biênio

A Capes (Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior) concluiu a avaliação dos cursos de pós-graduação referente ao biênio 1984/85, avaliando um total de 16 cursos da UNESP.

Implantada em 1976, a avaliação da Capes até 1982 era feita anualmente, passando a partir de então a ser bienal, seguindo um esquema de alternância das áreas do conhecimento. O resultado dessa avaliação é que determina o apoio financeiro ao curso.

No caso da UNESP, dos 16 programas de mestrado avaliados, quatro obtiveram o conceito máximo A (recomendável), sete B (adequado), dois C (suficiente), um D (aceitável), um E (precário) e dois ainda estão SC (sem conceito — aplicável a cursos que iniciaram suas atividades a partir de janeiro de 85 e cursos cujos processos de reestruturação impedem sua adequada conceituação). No doutorado, dos 13 cursos avaliados, dois obtiveram A, três B, quatro D, um E e três SC (veja o quadro).

OS CRITÉRIOS BÁSICOS

Apesar de cada curso ser avaliado por uma Comissão de Consultores Científicos que determinam a sistemática e os critérios particulares a cada curso, alguns aspectos considerados na avaliação são comuns a todos. Com relação ao corpo docente, por exemplo, considera-

CAMPUS	U.U.	CURSO	ÁREA DE CONCENTRAÇÃO	NÍVEL	AVALIAÇÃO DA CAPES							
					1981		1982		1983/84		1984/85	
					M	D	M	D	M	D	M	D
Botucatu	FCA	Agronomia	Horticultura	M		B-	C+	B				
			Energia na Agricultura	MD			B	SC	B+	SC		
	FM	Medicina	Bases Gerais de Cirurgia	MD	A	A	A	A	A	A	A	A
			Fisiopatologia em Clínica Médica	MD				B	B	B+	B+	
	FMVZ	M. Veterinária	Clínica	MD				B-	B-	B-	B-	
IBBMA	C. Biológicas	Artropodologia	MD				SC	SC	E	E		
		Botânica	M				SC	SC	D	D		
		Genética Animal e Humana	MD				C-	D	C-	D		
Jaloticabal	FCAV	Agronomia	Produção Vegetal	MD	A	A	A	SC	A	SC		
			Melhoramento Genético Vegetal	M				NA	SC			
	Zootecnia	Produção Animal	MD	B	B+	B+	SC	A-	SC			
		Melhoramento Genético Animal	M				NA	SC				
Rio Claro	IB	C. Biológicas	Biologia Vegetal	MD	D	D	C	C	C+	D	B	
			Zoologia	MD	C	C	B-	B-	B	B	B	
			Organização do Espaço	MD	A	A	A	A	SC	A	A	
Rio Preto	IBILCE	C. Biológicas	Genética	MD				C-	D	C+		

M: mestrado; D: doutorado; SC: sem conceito; NA: não avaliado; A: recomendável; B: adequado; C: suficiente; D: aceitável; E: precário. (Fonte: CAPES)

se a sua dimensão com relação ao número de alunos e ao de disciplinas oferecidas; sua qualificação com relação à titulação formal e a experiência na área; sua composição, segundo suas especialidades; sua dedicação, com relação ao regime de trabalho e a distribuição de atividades do curso entre os professores; a situação do curso com relação aos professores visitantes e participantes; a dependência de orientadores em tempo parcial, tempo simples e horistas e a relação orientador/orientando.

Quanto à estrutura curricular ou programática, são analisadas as atividades desenvolvidas — suficiência e regularidade — e a adequação do elenco de disciplinas ou de atividades programadas

em relação à(s) área(s) do curso e ao nível (mestrado/doutorado). Em relação às atividades de pesquisa, considera-se a coerência dessas atividades com a área do curso.

Outro item é quanto à produção docente e discente, levando em conta a natureza, volume e regularidade, a coerência com a área do curso e a vinculação com as linhas e/ou projetos de pesquisa, além do tempo médio para titulação de mestrado e doutorado.

A partir desses critérios básicos e de outros específicos a cada Comissão, é atribuída uma conceituação que corresponde à recomendação ou não para liberação de verbas para o curso.

Presidentes debatem papel das CCGs

Foi realizada no dia 16 do mês passado na reitoria da USP, a primeira reunião de Presidentes de Câmaras Centrais de Graduação (CCG) das três Universidades Estaduais de São Paulo.

A reunião contou com a presença dos professores Antonio Cesar Perri de Carvalho, da FO — campus de Araçatuba e Presidente da CCG da UNESP, Roberto Leal Lobo, vice-reitor da USP e Antonio Sette, pró-reitor de graduação da UNICAMP. Nesse encontro foram tratadas generalidades sobre o papel das CCGs, sendo marcada para este mês (dia 16) uma outra reunião com pauta definida sobre transferência especial de alunos, vestibular e a relação das Universidades com o Ministério da Educação.

CAC sugere visita a Museu de Tecnologia

Com o objetivo de resgatar a história da técnica e da tecnologia no interior do Estado, a Comissão de Atividades Culturais (CAC) está sugerindo que as unidades da UNESP — em especial os cursos de licenciatura — programem visitas ao recém-criado Museu de Tecnologia de São Paulo.

O Museu está realizando a 1ª Exposição de Tecnologia-Energia, no período de 12 de fevereiro a 30 de abril, das 13 às 21 horas, onde mostra os avanços da área energética brasileira.

A CAC informa que o número ideal para o programa é de no máximo duas turmas de 40 pessoas e os fones para marcar as visitas são: (011) 285-3111 — ramal 647/380 ou 815-5599 — ramal 337. O Museu fica na Marginal de Pinheiros, ao lado da Ponte Jaguaré.



Convênio objetiva informações sobre C&T

Estabelecer mecanismos de ação conjunta para viabilizar o intercâmbio de informações sobre projetos e recursos humanos em atividades de ciência e tecnologia. É o objetivo do convênio firmado recentemente entre a UNESP, USP, UNICAMP, o CNPq e a Secretaria da Indústria, Comércio, Ciência e Tecnologia (SICCT)

O CNPq já desenvolve, através do Sistema em Linha de Acompanhamento de Projetos — SELAP, uma avaliação das atividades científico-tecnológicas nas instituições de ensino superior, assim como o Departamento de Ciência e Tecnologia da SICCT com o Programa de Informação em Ciência e Tecnologia. Com esse convênio, irão ser traçadas diretrizes para se compatibilizar essas informações tornando-se mais eficiente a articulação entre as entidades que coletam dados sobre C&T. A expectativa é que com a colaboração das universidades junto a esses órgãos, poderá se eliminar o preenchimento de diversos formulários, os quais, na maioria das vezes, contêm informações semelhantes.

A princípio, este convênio terá duração de dois anos.

OUTROS

Foram também assinados com a UNESP os seguintes convênios: — com o programa “Nova Universidade” — 2ª fase, do MEC, para destinar recursos para a melhoria da qualidade de ensino de cinco unidades, para as bibliotecas da rede UNESP, além da aquisição de equipamentos, no valor total de Cz\$ 5.777.931,00.

— Com o Ministério da Educação (MEC), integrando a UNESP na rede de aquisição planificada de periódicos para bibliotecas universitárias, que tem como objetivo assegurar a manutenção de uma coleção básica de

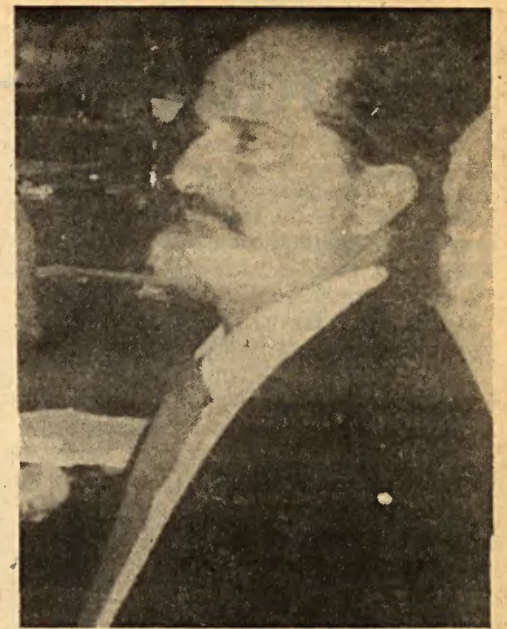
periódicos em cada região do país. Neste primeiro ano de execução do convênio, serão repassados Cz\$ 1.000.000,00.

— Com a Secretaria de Segurança e Medicina do Trabalho do MTB, que tem por objetivo a concessão de recursos financeiros à Fundação para o Desenvolvimento Médico Hospitalar — FAMESP/UNESP, visando o desenvolvimento do Programa de Assistência à Saúde dos Trabalhadores na região de Botucatu, como também a três sub-programas: “vigilância epidemiológica de intoxicações por agrotóxicos, de doenças profissionais e construção de mapa de risco das cidades de Botucatu, Conchas e São Miguel”, no valor de Cz\$ 220.000,00.

— Entre a UNICAMP, através de seu Departamento de Medicina Preventiva e Social — área de Saúde Ocupacional da Faculdade de Ciências Médicas e o Departamento de Medicina Legal e Medicina em Saúde Pública da Faculdade de Medicina — campus de Botucatu, com o propósito de congregar esforços de cooperação visando ao intercâmbio de informação e à prestação recíproca de consultoria.

— Com a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), concedendo recursos para a execução de dois projetos da FCA-Botucatu: “Estudos da utilização do lodo de esgoto como fonte nutriente aos vegetais e seus efeitos sobre o solo e sobre as plantas” do Departamento de Ciências do Solo, no valor de Cz\$ 22.000,00, como também para a “Obtenção de novas cultivares de tomateiro”, no valor de Cz\$ 417.003,00.

— Com a Secretaria do Estado da Promoção Social (SEPS) foi firmado um protocolo de intenções, que através de colaboração mútua, irão conduzir convênios interinstitucionais a nível de ensino, pesquisa e serviços com o objetivo de formação de pessoal para o trabalho social com crianças e adolescentes.



Novos diretores são empossados

O Instituto de Letras, História e Psicologia (ILHP) — campus de Assis, vem sendo dirigido desde o dia 6 de janeiro pelo professor Manoel Lelo Belotto, em substituição ao professor Fernando Manuel de Mendonça. Esta é a segunda vez que Belotto assume um mandato no ILHP; o anterior foi entre 1971 e 1975. Ele foi diretor também do IAP (1976 a 1980) e da FEFCSO — campus de Marília (80/84); foi ainda membro da CPRT de setembro de 84 a janeiro de 87, parte desse período ocupando a presidência da Comissão.

CEETPS/FATEC

O professor Alfredo Colenci Júnior, da FATEC de Sorocaba, foi escolhido como vice-diretor superintendente do Centro Estadual de Educação Tecnológica “Paula Souza”, no lugar de Roberto Ribeiro Bazilli.

Já o professor da FATEC-São Paulo, Spencer de Mello, foi escolhido diretor da Faculdade de Tecnologia da Baixada Santista, unidade criada em outubro de 1986 e que começa a funcionar este ano com o curso de Processamento de Dados.

Substitutos do reitor eleitos pelo C.O.

O CO, em sua primeira reunião do ano, elege cinco professores titulares, classificados em ordem de sucessão, para, enquanto membros do Conselho, exercerem a função de reitor em caso de eventuais faltas ou impedimentos do titular e do vice.

Na reunião do dia 29 de janeiro foram eleitos os seguintes professores: Neivo Luiz Zorzetto — IBBMA de Botucatu, Fernando Mesquita Lara — FE de Ilha Solteira, William Saad Hossne — FM de Botucatu, Manoel Belo Bellotto — ILHP de Assis e Nilo Odália — ILCSE de Araraquara.

Calendário divulgará eventos das unidades

A partir deste mês, a CAC (Comissão de Atividades Culturais) está divulgando os eventos científicos e culturais a serem realizados nas unidades da UNESP através de um calendário, na forma de um folheto, distribuído para toda universidade.

Mas, para que o calendário seja completo, a CAC solicita às unidades que as informações sobre as atividades programadas sejam encaminhadas à Comissão, na Reitoria da UNESP, Pça. da Sé, 108 — sobreloja — 01001 — São Paulo, SP (fone 32-7171 ramal 118).